

PLENÁRIO



HOMENS DO FERRO

UMA PROFISSÃO MILENAR NO INTERIOR DO CEARÁ





O
PARLAMENTO
CEARENSE
ESTÁ EM
FESTA



ALECE

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ

07 DE ABRIL 188 ANOS
FAZENDO VALER OS DIREITOS DA NOSSA GENTE.



DÁRIO GABRIEL

**EXPEDIENTE****REVISTA PLENÁRIO**Órgão Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
64ª edição, Out/Nov/Dez 2022

MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Evandro Leitão (PDT)

1º VICE-PRESIDENTE

Fernando Santana (PT)

2º VICE-PRESIDENTE

Osmar Baquit (PDT)

1º SECRETÁRIO

Danniel Oliveira (MDB)

2º SECRETÁRIO

Juliana Lucena (PT)

3 SECRETÁRIA

João Jaime (Progressistas)

4º SECRETÁRIO

Oscar Rodrigues (UNIÃO BRASIL)

COORDENAÇÃO DE**COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Daniel Sampaio e Gisele Dutra

EDITORIA GERAL

Abílio Gurgel

EDITORES ADJUNTOS

Adriana Thomasi e Dídio Lopes

REPORTAGEM

Adriana Thomasi, Abílio Gurgel, Ana Lúcia

Machado, Dídio Lopes, Fátima Abreu,

Jackelyne Sampaio, Lúcia Stedile, Marina

Ratis, Narla Lopes e Rita Freire

REVISÃO

Carmem Ciene

EDITORES DE ARTE

Alessandro Muratore e Alice Penaforte

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO,**TRATAMENTO E EDIÇÃO DE IMAGENS**

Alessandro Muratore e Alice Penaforte

FOTOGRAFIA

Bia Medeiros, Dário Gabriel, José Leomar,

Júnior Pio, Marcos Moura, Máximo Moura,

Paulo Rocha e Freepick.com

Sumário

CAPA FERREIROS	6
SUSTENTABILIDADE FONTES RENOVÁVEIS	20
COMPORTAMENTO MISOGINIA	28
PRECONCEITO ETARISMO	34
ECONOMIA APOSENTADORIA	40
ECONOMIA EPIDEMIA FINANCEIRA	46
JUSTIÇA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	52
PERSONALIDADE MARTINS SOARES MORENO	58
TELEMEDICINA CONSULTAS ON-LINE	64
RESPONSABILIDADE SOCIAL INSTITUTO CHICO MOTA	70
OPINIÃO PARLAMENTAR ARTIGO	76
SEGURANÇA ALIMENTAR CONSELHO REATIVADO	78
ÚLTIMA PÁGINA FOTO DÁRIO GABRIEL - FERREIROS	84

COMO FALAR COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, 2807

Bairro: Dionísio Torres

CEP: 60170.900 - Fortaleza - Ceará

TELEFONE

(85) 3277 2921

(85) 3277.2727

EMAIL

revistaplenario@al.ce.gov.br

SITE

www.al.ce.gov.br

@AssembleiaCE

@assembleiace

@Assembleia_CE

tvAssembleiaCe

radioFMassembleia

VERSÃO
DIGITAL
MOBILE
DESKTOP

UM ANO DE DESAFIOS

O ano de 2023 promete ser de muitos desafios para todos os brasileiros. Os cearenses, em particular, vão contar com um aliado de peso. No caso, a Assembleia Legislativa, que iniciou sua 31ª legislatura com uma renovação de mais de 45% nos seus quadros. Esse é um dos destaques desta edição da Revista Plenário. Além do perfil dos deputados eleitos, o aumento da bancada feminina também tem uma atenção especial. Afinal, com nove deputadas eleitas, elas ganharam sua maior bancada nos 188 anos de história da Casa. Com certeza, essa é uma conquista a ser celebrada. No comando desta nova jornada do Parlamento estará o deputado Evandro Leitão (PDT), que foi reconduzido à Presidência da Casa por mais dois anos. Em entrevista à Plenário, ele faz um pequeno balanço dos últimos dois anos e aproveita para reafirmar que o diálogo com a população cearense continuará sendo a marca da sua gestão. “Nós primamos e focamos a nossa atuação sempre na excelência por resultados”, salientou.

Além das mudanças políticas na Casa, a edição também joga luz sobre um tema caro a milhares de cearenses: a disputa territorial entre Ceará e Piauí. Esse processo, que já dura mais de um século, gera incertezas entre moradores das áreas atingidas. A Plenário foi até as comunidades mais afetadas para conhecer e dar voz aos habitantes das regiões. Damos voz também para a população carcerária que participa de um projeto inovador. Trata-se do Arte em Cadeia, que promove humanização, capacitação profissional e ressocialização dos internos através do artesanato.

Finalizamos a edição com duas reportagens em que a gastronomia se faz presente. A primeira mostra que as condições climáticas, novas tecnologias e adição de probióticos favorecem o cultivo de camarão em cativeiro no território cearense. Com 55,6 mil toneladas em 2021, o Estado lidera a produção brasileira, numa atividade que se estende do litoral ao interior do Ceará. Seja em uma grande fazenda ou até em um pequeno terreno é possível encontrar criação de camarão marinho. Na segunda reportagem, um verdadeiro caleidoscópio alimentar se revela quando passeamos pelo Centro de Fortaleza e conhecemos os pratos que inúmeros ambulantes oferecem para quem precisa “matar a fome” rapidamente na região. Então, sejam todos bem-vindos e bom apetite.

Daniel Sampaio

Coordenador de Comunicação Social da Assembleia

Legislativa do Estado do Ceará

FERRO, FOGO E SUOR

Cobertos de fuligem e com braços manchados de queimaduras, os ferreiros das cidades de Cedro e Potengi mantêm viva uma profissão que resiste aos avanços tecnológicos e à modernidade na produção de materiais agrícolas



Texto: Dídio Lopes | didio.lopes@al.ce.gov.br

Fotos: Dário Gabriel

O trabalho começa cedo. Duas horas da madrugada e o som do vaivém das mãos ao manejear o martelo sobre o ferro, que reluz na bigorna, ecoa na escuridão. Até que a ferramenta ganhe forma, será martelada e aquecida várias vezes pelas mãos do ferreiro, um ritual que exige cuidado com a temperatura elevada e esforço físico. Se nas ruas o som é perceptível de longe, dentro das oficinas o barulho é ensurdecedor e, além dos ruídos, o local é tão quente quanto as fornalhas que aquecem o ferro, deixando os artesões banhados de suor.



Cícero Laurindo dos Santos, inicio o ofício aos 12 anos com o pai



Luiz Carlos Pereira, presidente da Associação dos Ferreiros de Potengi

Sempre em dupla, o ferreiro e seu ajudante trabalham numa harmonia ritmada. Eles precisam estar em sintonia para que, ao final, as ferramentas (foices, enxadas, chibancas, facas e facões) saiam perfeitas. Seus equipamentos de trabalho se resumem a uma bigorna em cima de um tronco de madeira, um martelo e uma fornalha. As marteladas vão geralmente até às 11 horas da manhã ou até o corpo aguentar. O horário de trabalho é escolhido pelos profissionais porque, nesse período, a temperatura é mais baixa.

"Durante o dia, o sol atrapalha muito. Já estou todo suado a esta hora e olha: não são nem 10 da manhã", relatou o ferreiro e dono de uma pequena oficina Cícero Laurindo dos Santos, de 46 anos, 34 destes dedicados ao ofício que aprendeu com o pai. "Estava com 12 anos quando meu pai me levou para acompanhar ele em numa ferraria e, desde esse dia, nunca mais saí de dentro de uma. Comecei como ajudante e hoje tenho meu espaço. É pequeno, mas é meu. Ainda tem muito ferreiro que não conseguiu montar sua fábrica", conta.

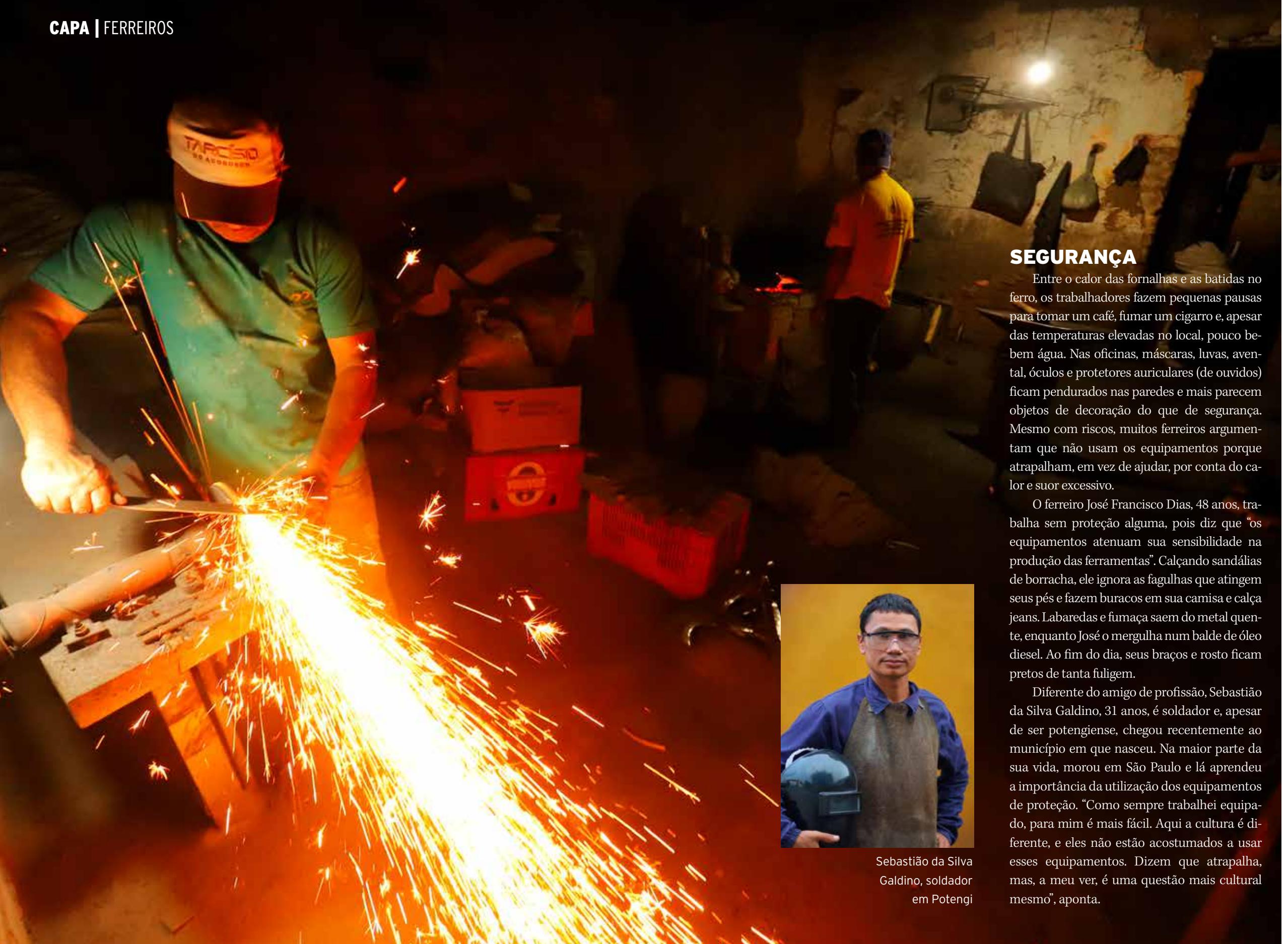
A oficina de Cícero fica na Vila Central do município de Potengi, na região do Cariri. O local possui mais de 10 mil habitantes e é conhecido como "a cidade que não dorme", justamente pela grande concentração de ferreiros que trabalham durante as madrugadas. De acordo com o presidente da Associação dos Ferreiros de Potengi, Luiz Carlos Pereira, na cidade existem, pelo menos, 32 oficinas funcionando e que empregam de 80 a 90 trabalhadores, variando de acordo com o período do ano.

"A partir de agosto teremos um número maior de oficinas abertas, chegando a mais de 70, pois, nesse período, os agricultores necessitam de mais ferramentas para preparar a roça para o plantio e, com isso, as vendas aumentam", revela o presidente. Sobre a tradição da quantidade de profissionais na cidade, Luiz não sabe dizer ao certo como tudo começou, mas conta que se trata de um ofício "hereditário", que passa de pai para filho e segue de geração em geração.

Apesar de ser um trabalho árduo, o ofício de ferreiro tem uma carreira curta. Geralmente, por volta dos 50 anos os trabalhadores já almejam uma vida mais calma e com noites bem dormidas.



SEMPRE EM DÚPLIA, O FERREIRO E SEU AJUDANTE TRABALHAM NUMA HARMONIA RITMADA. ELES PRECISAM ESTAR EM SINTONIA PARA QUE, AO FINAL, AS FERRAMENTAS (FOICES, ENXADAS, CHIBANCAS, FACAS E FACÕES) SAÍM PERFEITAS.



Sebastião da Silva Galdino, soldador em Potengi

SEGURANÇA

Entre o calor das fornalhas e as batidas no ferro, os trabalhadores fazem pequenas pausas para tomar um café, fumar um cigarro e, apesar das temperaturas elevadas no local, pouco bebem água. Nas oficinas, máscaras, luvas, avental, óculos e protetores auriculares (de ouvidos) ficam pendurados nas paredes e mais parecem objetos de decoração do que de segurança. Mesmo com riscos, muitos ferreiros argumentam que não usam os equipamentos porque atrapalham, em vez de ajudar, por conta do calor e suor excessivo.

O ferreiro José Francisco Dias, 48 anos, trabalha sem proteção alguma, pois diz que “os equipamentos atenuam sua sensibilidade na produção das ferramentas”. Calçando sandálias de borracha, ele ignora as fagulhas que atingem seus pés e fazem buracos em sua camisa e calça jeans. Labaredas e fumaça saem do metal quente, enquanto José mergulha num balde de óleo diesel. Ao fim do dia, seus braços e rosto ficam pretos de tanta fuligem.

Diferente do amigo de profissão, Sebastião da Silva Galdino, 31 anos, é soldador e, apesar de ser potengiense, chegou recentemente ao município em que nasceu. Na maior parte da sua vida, morou em São Paulo e lá aprendeu a importância da utilização dos equipamentos de proteção. “Como sempre trabalhei equipado, para mim é mais fácil. Aqui a cultura é diferente, e eles não estão acostumados a usar esses equipamentos. Dizem que atrapalha, mas, a meu ver, é uma questão mais cultural mesmo”, aponta.

COM A PALAVRA



“O ofício dos ferreiros, assim como o dos vaqueiros, dos pescadores, entre tantos outros, é mais que profissão, mas estilo de vida que passa de geração em geração e que constitui a identidade da nossa gente, além, claro, de ser uma importante fonte de renda. Acredito que tradições assim não morrem, mas, sem dúvidas, precisam ser fortalecidas com o nosso apoio. Por todas essas razões, são ofícios que precisam ser preservados.”

Deputado **Danniel Oliveira** (MDB)



“Preservar os ferreiros de Potengi é essencial para manter uma tradição familiar e artesanal resiliente. O poder público pode colaborar, regulamentando a profissão e implementando políticas específicas em parceria com associações e entidades representativas. Mesmo diante do desinteresse das novas gerações, a tradição e a qualidade artesanal dos ferreiros serão sempre valorizadas e preservadas.”

Deputado **Fernando Santana** (PT)



OFÍCIO DE MESTRE

Na comunidade de Lagêdo, no município de Cedro, a tradição do ofício de ferreiro pertence à família dos Victor. No local, há cerca de 22 oficinas. Era lá que morava o Mestre de Cultura do Ceará Netinho Victor, um verdadeiro artista na forja do ferro, ofício que aprendeu com os seus antepassados e que ele deixou enraizado nas gerações futuras.

Francisco Lima Victor, hoje com 71 anos, também começou na ferraria desde jovem, com o irmão, Netinho Victor. "Ele foi o professor que tive e me ensinou tudo o que sei", conta o ferreiro. Na sua oficina, logo na entrada da comunidade, produz-se foice, roçadeira, chibanca, machado e picareta. Nenhuma ferramenta sai de lá sem a garantia de qualidade do seu produto.

"Tem gente que reclama dos preços das minhas ferramentas, acredita?", indaga Francisco, respondendo, logo em seguida, que tem ferreiro que vende barato, mas ele não. "Se alguém comprar um produto da minha fábrica e quebrar facilmente, pode vir buscar não só uma ferramenta, mas sim duas, porque eu confio no que faço", afirma o artesão.



Ainda em plena atividade, Francisco divide a arte da forja com o filho mais novo, Renato Victor, que deixou as salas da faculdade de Enfermagem para acompanhar e ser ajudante do pai. "Eu estava estudando, mas parei para trabalhar aqui e vejo como uma grande oportunidade de continuar na minha cidade e perto da família", revela. Aos 28 anos, Renato teme que o ofício, um dia, deixe de existir. "Acho que sou a exceção por querer trabalhar de ferreiro, pois muitos dos jovens aqui não querem mais seguir a carreira dos nossos pais e avô", diz.

Já Denis Victor, de 54 anos, integra a terceira geração dos artesãos de Cedro e vê a profissão que fez parte da sua vida desde a infância deixar de existir. "Os tempos mudaram muito desde a época do meu pai e do meu avô. A energia ajudou na modernização, apesar do trabalho ser totalmente artesanal. No entanto, enquanto eu tiver força para trabalhar, irei lutar para que essa profissão não seja extinta", afirma o ferreiro.

Os ferreiros da família Vitor possuem uma característica única e que lhes deixa muito orgulhosos. Cada peça produzida por eles é marcada por um círculo com o sobrenome da família, gerando uma identificação e atestando a qualidade da ferramenta em qualquer lugar que esteja.

**COM A PALAVRA**

"Os ofícios passados de pais para filhos carregam com si não apenas a prática, mas também a cultura e a relevância desses trabalhos para suas famílias e comunidades. Muitas vezes esses ofícios conservam parte da memória de toda uma comunidade, já que a história de várias pessoas passa pela continuação de um modo de vida, que acaba organizando todo o cotidiano de uma comunidade. Dar continuidade a esses ofícios é também, às vezes, prosseguir com a própria história de um povo."

Deputado **Missias Dias** (PT)



"É necessário impulsionar e regularizar essa atividade tão antiga e importante, já referendada pelo poder público municipal. São mais de 50 anos de tradição de um trabalho digno, com peças vendidas no Nordeste, Norte e até no Sudeste. Embora a tradição esteja enfraquecida, com os filhos buscando alternativas, ainda há mais de 60 oficinas gerando emprego e renda para o município."

Deputado **De Assis Diniz** (PT)

MODERNIDADE

Com a modernização e o passar do tempo, diversos ofícios estão deixando de existir devido aos avanços tecnológicos. "Embora seja uma profissão milenar e repassada de pai para filho, o ferreiro poderá ser extinto futuramente pelo uso de máquinas na produção de ferramentas e pela falta de mão de obra", observa o presidente da Associação dos Ferreiros de Potengi, Luiz Carlos Pereira. Ele é pai de um adolescente de 14 anos e não quis que o filho crescesse nas oficinas como ele. "Prefiro que meu filho se dedique ao estudo e escolha outra profissão, algo mais tranquilo e que não exija tanto esforço", afirma.

Para o presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Evandro Leitão (PDT), o mundo do trabalho tem vivido transformações diárias advindas da tecnologia e das questões sociais, de modo que diversas profissões, não somente as mais tradicionais, estão sendo afetadas por isso. "Para manter vivo este ofício, além dos esforços de valorização dessa atividade, em instâncias públicas e privadas, dar maior visibilidade e inserção a esses profissionais deve proporcionar destaque à vocação dos municípios e das famílias envolvidas nessa atividade. Criar o sentimento de pertencimento cultural também é algo que vai atrair o olhar das novas gerações para a profissão", assinala.

Do ponto de vista econômico, de acordo com o secretário do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, Moisés Bráz, atividades como essa lidam com as vicissitudes econômicas, como a concorrência com a indústria de grande porte e o aumento do preço dos insumos - no caso do ferro - e têm desafios para continuarem existindo. Além disso, a agricultura de base familiar necessita incorporar avanços tecnológicos para diminuir o esforço físico e aumentar a produtividade, outro fator que deve concorrer em algum grau com a atividade dos ferreiros no médio e longo prazo.

"O avanço tecnológico ameaça diversas profissões desde o advento da Revolução Industrial. Mas algumas atividades podem permanecer, em menor escala, se encontrarem uma clientela que valoriza a produção manual, cuidadosa, muitas vezes personalizada, de artigos com os quais desenvolveram uma relação de afeto e até mesmo de necessidade. Nesse sentido, a profissão de ferreiro tende a perdurar", avalia o secretário.



“

O ofício dos ferreiros, que no Ceará ainda é mantido nos municípios de Cedro e Potengi, revela uma forte tradição familiar do artesanato voltado a itens utilitários para a agricultura. Preservar esse trabalho mantém viva uma tradição quase extinta em nosso País e que produz peças de qualidade que requerem mais tempo de produção e esforço físico, por seu caráter artesanal, mas que resiste à mecanização e produção em larga escala Brasil afora."

Presidente da Alece, deputado
Evandro Leitão (PDT)



SAIBA +

Em 16 de outubro é celebrado do Dia do Ferreiro no município de Potengi. O projeto de lei municipal 10/2021, do vereador Otaviano Severiano Ferreira da Silva (PT), escolheu essa data em homenagem ao nascimento de Raimundo Gomes da Silva, conhecido por "Mestre Nêgo". Ele foi o primeiro ferreiro conhecido na cidade.

NÚMEROS OFICINAS DE FERREIROS

32 a 70

em Potengi (dependendo da estação)

22

em Cedro

COMERCIALIZAÇÃO

A matéria-prima utilizada pelos ferreiros se dá a partir da compra de ferragens de molas de caminhão usadas e descartadas. A princípio, pode parecer sucata, mas, para eles, é a base a ser transformada em instrumentos agrícolas e que impulsionam a economia das cidades que possuem esse ofício. Mesmo que o mercado para o ferreiro seja restrito, pois, atualmente, a maioria das peças são produzidas em escala industrial, as ferramentas feitas de forma artesanal ainda possuem uma clientela fiel.

Um exemplo disso é a loja da comerciante Magnólia Cordeiro Rodrigues, que existe há mais de 50 anos em Juazeiro do Norte, no sul do Estado. Ela herdou o comércio do seu avô, João Rodrigues Sobrinho, e revende as ferramentas produzidas em

Potengi. "Não sei como são produzidas, mas posso atestar que os produtos são de qualidade. Temos fregueses fiéis que já chegam pedindo os materiais de Potengi", conta.

Já em relação aos materiais produzidos no município de Cedro, o agricultor Hérico Bezerra, 70 anos, explica que não há um produto de qualidade melhor do que o produzido no local. "Eu não conheço uma região que tenha umas ferramentas tão bem-acabadas e com a garantia da família dos Vitor. E todo esse reconhecimento é por conta do trabalho do ferreiro Netinho, um senhor de inteligência para construir qualquer tipo de ferramenta agrícola. Afirmo, com toda certeza, que não existirá outro igual, pois ele era bom em tudo o que fazia", comenta.

A VOZ DO PVO



"Muitas pessoas perguntam se eu me incomodo com os barulhos que os ferreiros fazem, mas confesso que já estou acostumada e, nos dias em que eles estão de folga, eu sinto é falta."

Luiza Reinado da Silva,
mora em frente a uma das oficinas de Potengi



"Nunca vendi uma ferramenta que o cliente não gostou, pelo contrário, os clientes já chegam aqui na loja perguntando se tenho foice, enxada, roçadeira de Potengi."

Magnólia Cordeiro Rodrigues, comerciante em Juazeiro do Norte



"Nasci e me criei dentro de um roçado. Meu avô e pai eram agricultores e, desde que me entendo por gente, as ferramentas dos ferreiros de Cedro da família dos Vitor já eram bastante conhecidas."

Hérico Bezerra, agricultor no município de Cedro



COMBUSTÍVEL REVOLUCIONÁRIO

O Ceará caminha para ser um dos grandes produtores de Hidrogênio Verde (H2V), com projeções que prometem colocar o mercado dessa energia limpa em evidência no Brasil

Texto: Jackelyne Sampaio | jackeline@al.ce.gov.br com colaboração de Geimison Maia |

O Ceará tem se destacado na busca por soluções sustentáveis que auxiliem no processo de descarbonização do planeta. Com ambiente príncipe à inovação e iniciativas governamentais, o Estado está pavimentando o caminho para uma revolução energética impulsionada pela produção de hidrogênio verde (H2V), no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp). Esse combustível renovável é a peça-chave para alavancar a economia cearense, gerar empregos e pode até transformar a vida da população dos municípios do Interior.

O H2V é três vezes mais potente que a gasolina e não causa danos ao meio ambiente. Isso porque quando queimado, libera apenas vapor de água na atmosfera. O recurso é obtido por meio de eletrólise, um processo que utiliza energia elétrica para separar a molécula hidrogênio do oxigênio que existe

na água. Para isso, é utilizada a eletricidade gerada por fontes renováveis, como a solar e a eólica.

O território cearense tem grande potencial para o desenvolvimento dessas energias devido sua localização geográfica e condições climáticas favoráveis, como a alta incidência de radiação solar e os ventos constantes. Para o secretário estadual do Desenvolvimento Econômico, Salmito Filho, esses fatores garantem uma constância no fornecimento de energia para a fabricação do H2V, reduzindo assim os custos. “Outro aspecto positivo é a proximidade do Ceará com a Europa, que deverá ser o principal destino do combustível produzido no Estado”, informa.

Esse cenário está atraindo diversos investidores e projetos de grande escala, como parques solares e eólicos. Especialistas projetam também a expansão do mercado fotovoltaico nos municípios do semiárido, gerando novas oportunidades de renda a essa parcela da população.

FONTE SOLAR

Conforme explica o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Ricardo Cavalcante, cerca de 13% do território cearense é desertificado, o que impede o desenvolvimento da agricultura, mas abre oportunidade para o segmento de energia solar. “Em alguns locais, como por exemplo Salitre, os moradores têm capacidade de gerar essa energia e vender para todo o planeta”. Ele observa que a iniciativa já está ocorrendo em alguns municípios. “As pessoas deixaram seus empregos onde recebiam um salário mínimo e hoje estão ganhando até quatro salários trabalhando no setor dessa fonte renovável.”

De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), no ano de 2023, o Ceará ultrapassou 48,9 mil conexões de geração própria de energia solar em telhados e pequenos terrenos, com 533,4 megawatts (MW) em operação nas residências, comércios, indústrias, propriedades rurais e prédios públicos.



MÁXIMO MOURA

“

O Porto de Roterdã (localizado na Holanda), projeta fornecer quatro milhões de toneladas de hidrogênio verde até 2030. Desse total, 25% deverão ser produzidos aqui no Ceará.”

Salmito Filho, secretário do Desenvolvimento Econômico do Ceará.



Salmito Filho reforça que é necessário estimular a geração de energias renováveis no Interior para combater a desigualdade e pobreza no Estado. “O que está sendo desenhado é a possibilidade de famílias de baixa renda e de alta vulnerabilidade social, especialmente no semiárido, onde estão os piores indicadores sociais e econômicos, se tornarem produtoras de energia elétrica renovável”. Assim, a população geraria a energia para consumo próprio e um excedente, que poderia ser vendido para a produção de hidrogênio verde, proporcionando assim uma renda fixa.

INVESTIMENTOS

Seja através de placas solares ou de eólicas onshore (localizadas em terra firme) ou offshore (instaladas em alto mar), para obter o hidrogênio verde será preciso garantir o fornecimento de energia limpa, e isso vai atrair novos investimentos para o Ceará.

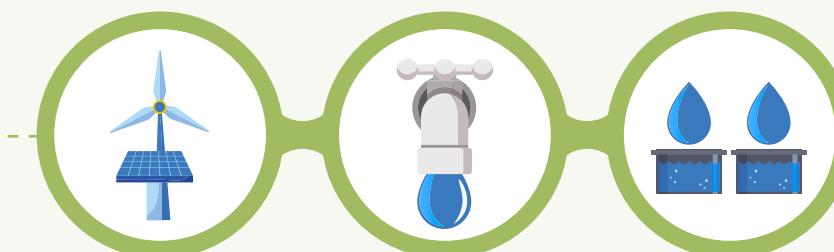
Como exemplo, o secretário estadual do Desenvolvimento Econômico cita que, para produzir um gigawatt (GW) por meio de energia eólica offshore, a previsão é de um investimento de R\$ 10 bilhões. No Estado, existem 22 projetos desse tipo aguardando licenciamento ambiental, cuja produção estimada é de 56,5GW.

“Nós estamos falando de aproximadamente R\$ 560 bilhões em investimentos no Ceará só em eólicas em alto mar”, projeta. Salmito Filho aponta ainda a possibilidade de criar cerca de 100 mil empregos em toda a cadeia produtiva das energias renováveis e do hidrogênio verde somente no Ceará.

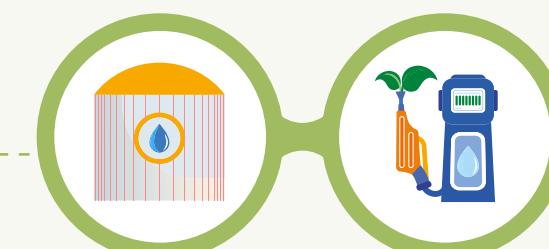
Nesse prisma, está em fase de implantação um hub de produção e distribuição do H2V no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Até agora, estão previstos investimentos no valor de US\$ 8 bilhões só em três pré-contratos já selados com empresas estrangeiras. Somado a isso, existem cerca de 30 memorandos assinados com interessados em se instalar no hub, com uma projeção de injetar quase US\$ 30 bilhões na produção desse combustível.



Ciclo de produção do H2V



- 1** A energia gerada na produção de H2V vem de fontes renováveis (eólica, solar, biomassa);
- 2** Um dispositivo chamado eletrolisador é abastecido com água (H_2O) e alimentado por correntes elétricas advindas de energia limpa;
- 3** O processo de eletrólise promove a separação das moléculas de hidrogênio (H_2) e oxigênio (O_2) contidas na água;



- 4** O H2V produzido é armazenado na forma líquida ou gasosa em tanques ou cilindros;
- 5** O combustível é transportado para uso doméstico ou industrial.

Cores do hidrogênio

HIDROGÊNIO CINZA	HIDROGÊNIO MARROM	HIDROGÊNIO AZUL	HIDROGÊNIO VERDE
Tem origem com o uso de combustíveis fósseis.	É feito do carvão, em um processo chamado gaseificação.	Também é produzido de combustíveis fósseis, entretanto incorpora a captura de carbono e tecnologia de armazenamento.	É gerado a partir de fontes limpas e renováveis, como a energia solar e a eólica, sem emissão de poluentes em toda a sua cadeia produtiva.



OPORTUNIDADE ECONÔMICA

Além de contribuir com o processo de descarbonização do planeta, o hidrogênio verde desponta como importante alavanca econômica para o Ceará. A meta é transformar o território cearense em um grande fornecedor global dessa fonte de energia, com geração de emprego e renda para a população.

“Eu diria, sem nenhum exagero, que as energias renováveis e o hidrogênio verde compõem a maior oportunidade da história do Brasil.” É com essa ênfase que Salmito Filho, avalia o potencial que a energia limpa proporciona ao País.

O presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Evandro Leitão (PDT) ressalta que “o Estado teve a visão revolucionária e de futuro, desde 2021, ao trabalhar na implantação de um hub de hidrogênio verde no Pecém, bem como a produção da primeira molécula em janeiro deste ano”. A meta do empreendimento é exportar um milhão de toneladas desse combustível para a Europa até o ano de 2030.

Recentemente, o Governo do Ceará e os Países Baixos assinaram acordos para a criação do Corredor de Hidrogênio Verde (Green Hydrogen Corridor), entre os portos do Pecém e de Roterdã, e da Parceria de Portos Verdes (Green Ports Partnership), entre o Ceará e

os Países Baixos. “Nós estamos fazendo história para a humanidade. A nossa ligação (entre portos) fará a mudança que o mundo precisa para a descarbonização”, enfatizou o governador Elmano de Freitas durante a solenidade de assinatura.

DESAFIOS

Para o professor do Mestrado Acadêmico em Ciências Físicas Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e coordenador do Laboratório de Energias Renováveis (LER), Lutero Lima, há uma série de desafios tecnológicos para a geração do hidrogênio verde em larga escala. “A gente produz esse combustível porque temos recursos naturais, mas a tecnologia para nós ainda está muito distante”, explica. Por isso, ele avalia que as universidades têm papel fundamental nesse processo e defende a parceria entre os diversos setores envolvidos para encontrar soluções tecnológicas.

Já a professora Adryane Gorayeb, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), que tem pós-doutorado em Geografia pela Texas A&M University/EUA, com foco em Energias Renováveis, defende a necessidade de buscar soluções junto às comunidades locais, por meio do diálogo e da participação delas nas decisões.

Isso porque serão impactadas tanto as comunidades do entorno do Cipp, com a produção do hidrogênio verde, como as que ficam próximas de centros de produção de energias renováveis - como fazendas solares e usinas de produção de energia eólica onshore e offshore. No caso das eólicas no litoral ou mesmo em alto mar, Adryane alerta para possíveis impactos negativos no turismo e na pesca artesanal, que são duas atividades econômicas bastante exploradas no Estado.

E outro desafio é o desenvolvimento de tecnologias inovadoras no Ceará que possam gerar patentes e pagamentos de royalties. Indo ao encontro dessa ideia, Salmito Filho antecipa que o Estado planeja criar um Centro de Excelência em Energias Renováveis e Hidrogênio Verde. Concomitante a isso, há também o objetivo de preparar mão de obra qualificada para o setor por meio das escolas profissionalizantes, possibilitando que os cearenses consigam ocupar os novos empregos que serão gerados em toda a cadeia de produção de energias renováveis e de hidrogênio verde.

COM A PALAVRA



“O Ceará se coloca na vanguarda no que se refere ao hidrogênio verde, tendo em vista a importância de ter bases e algumas diretrizes para um ambiente favorável, com uma regulamentação ao mesmo tempo simples, mas que tenha os seus aspectos positivos e efeitos catalisados para que o H2V seja uma realidade. Para isso, o Governo do Estado já vem aprovando diversos projetos eólicos e solares para que essa energia possa ser usada na produção do combustível. O principal objetivo é que o hidrogênio verde e as energias renováveis possam gerar riqueza no nosso Estado, trazer empregos e melhorar a qualidade de vida da nossa gente”.

Deputado **Bruno Pedrosa** (PDT)



“

A gente produz esse combustível porque temos recursos naturais, mas a tecnologia para nós ainda está muito distante”.

Lutero Lima, professor do Mestrado Acadêmico em Ciências Físicas Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e coordenador do Laboratório de Energias Renováveis (LER).

ALECE NAS DISCUSSÕES SOBRE O H2V

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) tem mobilizado ações e debates em torno do hidrogênio verde. Em maio último, foi realizada a sessão especial “Hidrogênio Verde: inovação e energia limpa no Ceará”, com a participação de parlamentares e autoridades, que ressaltaram a importância dessa inovação para o desenvolvimento econômico, social e industrial no Estado.

Outra iniciativa foi a criação da Frente Parlamentar de Energias Renováveis, presidida pelo deputado Bruno Pedrosa (PDT), que objetiva fortalecer a vocação do Ceará como gerador de energia em matrizes energéticas renováveis. É composta também pelos deputados Almir Bié (Progressistas), Lucinildo Frota (PMN), Missias Dias (PT), Davi de Raimundão (MDB), Juliana Lucena (PT), Stuart Castro (Avante), Fernando Santana (PT) e De Assis Diniz (PT).

Há ainda em tramitação na Casa, o projeto de lei nº 86/23, de autoria dos deputados Marcos So-

breira (PDT) e Bruno Pedrosa (PDT), que institui a Política Pública Estadual do Hidrogênio Verde, com objetivo de aumentar a participação do hidrogênio verde na matriz energética do Estado e estimular o uso dele como combustível. Além do projeto de lei nº 184/23, de autoria do deputado Renato Roseno (Psol), que prevê a criação de políticas para a transição sustentável e estabelece que a sociedade civil deve ser incluída nos debates estaduais sobre o tema.

Nesse contexto, o presidente da Alece, deputado Evandro Leitão (PDT) destaca que “o Parlamento está de portas abertas para realizar o que for preciso, em ações que vão desde a aprovação desses projetos para dar garantia jurídica aos investidores que têm interesse em participar da implantação dos parques de produção eólica e solar e da construção do hub de hidrogênio verde, até a oficialização de políticas públicas que respeitem os direitos dos cidadãos cearenses e visem a sustentabilidade do nosso planeta”.



Sessão Especial Hidrogênio Verde - Plenário



DÁRIO GABRIEL

SAIBA +

 A Agência de Notícias da Alece publicou uma série de reportagens e uma cartilha sobre a produção de hidrogênio verde no Ceará.

 Acesse a edição completa da cartilha Hidrogênio verde: a energia do futuro no QR Code

COM A PALAVRA



“O hidrogênio verde é uma das alternativas mais promissoras para a transição energética e redução das emissões de gases de efeito estufa. O Ceará possui recursos naturais que favorecem a geração de energias renováveis, como solar e eólica, essenciais para a produção do H2V. Isso pode impulsionar uma cadeia de investimentos, gerar novos empregos, fomentar o desenvolvimento industrial e tecnológico, além de fortalecer a nossa matriz energética renovável. Nós acreditamos que Estado tem potencial para se destacar na produção de hidrogênio verde e promover a mudança no seu PIB nos próximos anos”.

Deputado **Jeová Mota** (PDT)



“A Assembleia Legislativa do Ceará está atenta à regulamentação, produção, exploração e comercialização do hidrogênio como combustível. Temos proposta, de autoria do deputado Marcos

Sobreira, que institui a Política Pública Estadual do Hidrogênio Verde, no sentido de estimular o uso dele como combustível. Em fevereiro deste ano, criamos aqui a Frente Parlamentar de Energias Renováveis, presidida pelo deputado Bruno Pedrosa, que tem por objetivo fortalecer a vocação do estado do Ceará como gerador de energia em matrizes energéticas renováveis”.

Deputado **Evandro Leitão** (PDT), presidente da Alece

VEJA +

 Acompanhe a íntegra da sessão especial “Hidrogênio Verde: inovação e energia limpa no Ceará”.

COMO CONTER O ÓDIO ÀS MULHERES?

"Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos. Os Estados Partes reconhecem que a violência contra a mulher impede e anula o exercício desses direitos."

(Artigo 5º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher aprovada na ONU em 1979).



Texto: Fátima Abreu (fabreu@al.ce.gov.br) **Ilustrações:** Meg

Imagine a seguinte situação: você, mulher, acorda para o dia e repete a rotina diária, ciente de que conquistou direitos, principalmente no campo vida, a sua vida e o seu passaporte de escolha. Nesse ínterim algumas pessoas estão manipulando, usando a tecnologia moderna para te difamar e retirar tudo o que possa ter conquistado. É assustador, não é? Mas é o que ocorre no universo da misoginia.

Além das inúmeras práticas violentas que tem a mulher como alvo, há quem aposte na inferioridade dela e da urgente “necessidade” de que ela retorne à condição de mera procriadora e natural serviçal do homem. É o que dita o impositivo Machosfera, movimento que surgiu na década dos anos 80 pela vontade de muitos de frear o aumento do feminismo, que àquela época ocupava espaço nos meios de comunicação e debates.

COM A PALAVRA



Muitos homens entendem que a mulher é um ser inferior e deve ser tratada de maneira diferente, ser submissa

nos relacionamentos afetivos e a gente está assistindo uma coisa perigosa que são esses grupos extremistas aparecendo na Internet, nas redes sociais. vejo isso com muita apreensão porque a gente sabe o potencial das redes sociais de disseminar o ódio de espalhar contra as mulheres, a população GLBT, contra negros, minorias de modo geral. Daí aproveito para falar do projeto 2630, o PL das fake News, que cria mecanismo para retirar conteúdos que propagam ódio e violência contra as mulheres e contra minorias."

Deputada **Lia Gomes**(PDT)



O reconhecimento geral da superioridade do homem sobre as mulheres é a principal defesa desse “fenômeno”. São discursos de ódio veementes, que antes eram ameaças anônimas e que, agora, ocupam as redes sociais, com milhares de seguidores. Um dos casos mais conhecidos na mídia nacional, envolveu Thiago Schutz, que se apresenta como “coach da masculinidade”. Ele chegou a ameaçar a atriz e roteirista Lívia Lagatto e a cantora e influencer Bruna Volpi por fazerem menção em suas redes sociais sobre o comportamento do representante do machosfera. Num recado curto, ele não só mandou retirar os posts, como as ameaçou com processo e morte. Depois de virem a público, ele negou a autoria das ameaças.

HOMENAGENS

Em novembro de 2022, a Assembleia Legislativa fez a entrega do Título de Cidadã Cearense à argentina naturalizada brasileira Dolores Aronovich Aguero, Lola Aronovich, professora de Literatura em Língua Inglesa na Universidade Federal do Ceará e blogueira feminista. A iniciativa da então deputada estadual Augusta Brito, foi subscrita por 46 parlamentares. Nascida em Buenos Aires, Lola mudou-se para o Brasil aos quatro anos de idade. É autora de livros de poesia e crítica de cinema e passou a ser reconhecida nacionalmente pelo blog Escreva Lola Escreva, um dos mais importantes blogs feministas do Brasil, com mais de 200 mil visualizações por mês.

A sua iniciativa de buscar justiça levou à prisão um dos maiores criminosos da internet, em 2017.

Marcelo Valle Silveira Mello, posteriormente foi condenado a 41 anos e seis meses de prisão por “reiteradamente estimular o ódio, o preconceito, ofender minorias, mulheres, homossexuais, raças, entre outros”. Ele foi preso em Curitiba e negou as acusações. Além disso, a professora inspirou a criação da Lei Lola, de autoria da deputada federal Luizianne Lins (PT-CE). A lei inclui, pela primeira vez, o termo misoginia na legislação brasileira e atribui à Polícia Federal o dever de investigar crimes cibernéticos contra mulheres. Em 2017, recebeu da Câmara dos Deputados, a medalha Mietta Santiago, e também foi escolhida Mulher de Destaque no Dia Laranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres, pela ONU Mulheres Brasil.

Para Lola, o anonimato oferecido pela internet faz com que muitos homens de “masculinidade frágil e tóxica se sintam valentes.” Como professora, costuma participar de palestras em universidades e escolas por todo o país e conta que nunca foi atacada ou ameaçada, apesar das discordâncias, que são discutidas de forma educada. “Na internet sou atacada e ameaçada o tempo todo. Tenho certeza que, se esses misóginos ficassem frente a frente comigo, não teriam coragem de fazer o que fazem na internet. São covardes”, afirma. Em sua opinião, para que a internet se torne um lugar mais pacífico, menos bélico, mais seguro para mulheres e outros grupos historicamente oprimidos, é necessário regular as plataformas. “Elas precisam ser responsabilizadas pelo que ocorre nelas.”



“

Para que a internet se torne um lugar mais pacífico, menos bélico, mais seguro para mulheres e outros grupos historicamente oprimidos, é necessário regular as plataformas. Elas precisam ser responsabilizadas pelo que ocorre nelas”

Lola Aronovich, professora de Literatura em Língua Inglesa na Universidade Federal do Ceará e blogueira feminista.

COM A PALAVRA



O machismo ocorre nas diversas camadas da sociedade e nas redes sociais isso não é diferente. Esse fenômeno, arraigado em nossa sociedade, não pode prosperar. A chamada “machosfera” conta com milhões de usuários que pregam diariamente a misoginia e o capacitismo contra as mulheres. Defendo a criação de leis voltadas para combater esses desvios nas redes sociais, que se associaram a já existentes: Lei Maria da Penha; Lei Carolina Dieckmann; Lei do Feminicídio e Lei do Minuto Seguinte. Ainda há muito a se conquistar. Avante mulheres, essa luta precisa continuar!

Deputada **Marta Gonçalves** (PL)



É absurda essa onda de violência que nós mulheres estamos sofrendo, tanto nas redes sociais quanto fora delas. É fundamental empreitar cada vez mais meninas e mulheres pra enfrentarem o machismo e à violência contra a mulher. Todos esses casos precisam ser denunciados. Para enfrentar os crimes cibernéticos de misoginia existe a Lei Lola que atribui à Polícia Federal a competência para investigação dos casos. É importante que a vítima faça um boletim de ocorrência e não se cale!

Deputada **Larissa Gaspar** (PT)



ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO CEARÁ

Para conter a violência contra as mulheres, muito tem sido feito na tentativa de barrar a expansão desse crime. No Ceará, por exemplo, em novembro de 2021, foi formada a primeira turma do Curso de Especialização em Estratégias de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, uma iniciativa da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), vinculada à Secretaria da Saúde do Estado. O grupo era formado por 28 mulheres e um homem, o advogado Diego dos Santos.

A advogada Moana Oliveira, especialista em estratégias de enfrentamento à violência contra mulher e mestrande em Políticas públicas, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma das participantes do curso. Ela lembra que o Brasil ainda é um dos cinco países que mais violenta mulheres no mundo. Infelizmente, não é incomum nos depararmos com a reprodução de discursos de ódio, ameaças e ataques a mulheres nesses espaços virtuais. “Esses discursos se tornaram ainda mais frequentes com a naturalização e reprodução de alguns discursos de ódio, com teor misógino e sexista, proferidos por alguns políticos com amplo destaque nas redes sociais. Reflexo disso vimos nas eleições de 2018”, constata.

A promotora de Justiça Lucy Antoneli, coordenadora do Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher (Nuprom) do Ministério Público do Estado do Ceará, e secretária nacional da Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) considera que para enfrentar a violência contra a mulher se faz necessária a união de todos os órgãos, punição do agressor e prevenção. “Para isso é preciso mudar paradigmas, ocupar as redes sociais para esclarecer que esses movimentos não podem crescer, como vem ocorrendo”, afirma.

A Secretaria Executiva de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Governo do Estado,



Raquel Andrade

Raquel Andrade, constata que, “infelizmente a misoginia e a cultura patriarcal sempre fizeram parte das relações de gênero em nosso país os ataques a nós mulheres e a difusão da cultura do ódio pelas mídias sociais é, infelizmente, mais um reflexo dessa repercussão do machismo estrutural”.

O Núcleo de gênero pro mulher trabalha em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa, principalmente para atender o interior do Estado, que tem a frente, a deputada Lia Gomes. Por conta do trabalho em defesa da mulher, a Assembleia Legislativa recebeu em agosto de 2022, o prêmio Margarida de Boas Práticas em Equidade de Gênero, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), quando estava a frente da coordenação a atual Secretaria Executiva de Enfrentamento à violência contra a mulher, a advogada Raquel Andrade.

BAIXA AUTOESTIMA

A mulher vítima da violência tem depressão por não saber o que fazer diante de uma realidade cruel a qual é submetida. Na análise da psicóloga e psicanalista da Assembleia Legislativa, Fernanda Mattoso, a rotina de insultos e agressões provoca, na maioria das vezes, “ansiedade, medo de sair, de querer ficar em casa, gera pânico, diminuição da autoestima e insônia. A questão psicosomática reflete no corpo, alterando a sua funcionalidade, gerando pressão alta, por exemplo. O corpo pode sentir e falar sobre o que a mulher não está conseguindo lidar.”

Para ela, precisamos usar o que temos à nossa disposição, os mecanismos de divulgação, as redes de apoio, delegacias, a lei e os grupos terapêuticos. Inclusive vamos começar um grupo Nascente da violência, no Parlamento Estadual, para que a mulher possa compreender porque continua nessa situação de violência e torná-la mais forte por meio do conhecimento e as formas de pensar como sair disso.”



“
A mulher vítima da violência tem depressão por não saber o que fazer diante de uma realidade cruel a qual é submetida”

Fernanda Mattoso, Psicóloga e psicanalista

MÚSICAS QUE EMBALAM VIOLÊNCIA

Também convivemos com outras formas de violência que são cantadas e decantadas, a título de músicas de sucesso. Quem não conhece as letras de sentidos duvidosos que rebaixam a mulher? Em abril de 2018, quatro mulheres criaram o site MMPB – Música Machista Popular Brasileira em que citam, pelo menos, 10 músicas que desvalorizam as mulheres, dentre elas, “Por causa de você” (Kelly Key) “Por causa de você não uso mais batom, rasguei meu short curto, diminuí meu tom. Troquei os meus amigos por alguém que só me arrasa”... E “Bruto, rústico e sistemático” (João Carreiro e Capataz) “Na muié eu dei um jeito. Corretivo do meu modo. No quarto deixei trancada. 15 dias aprisionada.”

SERVIÇO

**Serviços de atendimento à mulher no Ceará:
NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER (NUDEM)**

A Procuradoria Especial da Mulher da Alece disponibiliza o serviço Zap Delas, um canal de comunicação direta para o atendimento de mulheres em situação de violência no Estado. O contato pode ser realizado pelo WhatsApp por meio do número (85) 99814.0754

QUANDO A IDADE EXCLUI E ISOLA

Cunhado há mais de 50 anos, o Etarismo tem outras definições no Brasil, como ageísmo ou velhofobia. O preconceito afeta principalmente os idosos, mas os jovens também sofrem

Texto: Ana Lúcia Machado ana.araujo@al.ce.gov.br

Fotos: José Leomar

Quando os cabelos começam a branquear e as rugas a aparecer, o brasileiro em geral se prepara para enfrentar um efeito colateral cada vez mais presente: o etarismo. O termo pode causar estranheza, mas não é novo. Existe há 50 anos e foi cunhado pelo médico gerontologista americano Robert N. Butler, sendo originário do inglês “agism”. No Brasil, esse tipo de preconceito tem outras definições, como ageísmo ou velhofobia.

De acordo com o Relatório Global sobre Etarismo, realizado pela OMS e pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e divulgado em 2021, o termo afeta tanto os mais jovens quanto os mais velhos, mas é na terceira idade que ele está mais disseminado. Está na saúde, no mercado de trabalho, na publicidade, no cinema, no streaming, nas novelas, nas redes sociais, na moda, nos esportes e no humor.



QUANDO ENVELHECER RIMA COM SOFRER

Para as pessoas mais velhas, o etarismo está associado a uma expectativa de vida mais curta, pior saúde física e mental, recuperação mais lenta e declínio cognitivo. Isso porque o preconceito de idade reduz a qualidade de vida dos idosos e aumenta o isolamento social e a solidão.

Seu Esmervaldo Barroso convive com boa parte desses problemas, mas insiste em continuar levando seus 84 anos para passear pelo Centro da cidade todos os dias. Apesar do andar vacilante, mesmo com a ajuda da bengala e com a visão afetada por uma doença que o está cegando aos poucos, ele teima em se aventurar pelas ruas, buracos e calçadas cheias de transeuntes, ambulantes e até animais, das ruas centrais. Vez por outra é “salvo” por um popular que o ajuda a atravessar a rua. “Ninguém liga para ninguém”, resmunga e diz que essa falta de respeito com o idoso acontece em todo lugar.

“

A velhice é a pior coisa. A pior

Dona Maria Costa, 67 anos

Ele mora perto da Praça do Ferreira, com a mulher e uma diarista. “Aí eu saio para andar”. Sai sob os protestos da mulher, cuidadosa. “Ela briga, mas eu venho assim mesmo. Tomo uma cervejinha. Mas lhe digo: a velhice é a pior coisa. A pior”, garante. Dona Maria Costa, 67 anos, cheia de vivacidade em seu vestido vermelho, concorda. “Envelhecer é difícil. Tem o preconceito, os jovens não estão nem aí para os velhos. Para envelhecer, tem que ir se preparando cedo, porque muda tudo”, avisa. “Você perde a sua vida”, resume.

Apoiada na bengala batizada de “Suzana”, dona

Maria Costa, do alto dos seus 85 anos, é “andadeira” por natureza. Vive entre Cascavel e Pindoretama, mas o Centro da capital acaba sendo o caminho habitual para quem, como ela, “tem que resolver a vida sozinha: pagar contas, ir ao banco”. E o preconceito? Ela diz que está presente o tempo todo. “Acho que as pessoas julgam muito as outras. E isso é triste. Quando a velhice chega, ninguém quer perder tempo com a gente. Fica só a solidão”, diz.

IDADE X DESEMPREGO

A idade é barreira principalmente na vida profissional: na hora de conseguir um emprego ou até como justificativa para desligamentos. Por exemplo, nunca se viu, na atuação televisiva, tantos desligamentos por idade quanto agora. E, se grandes nomes sofrem com a não renovação de seus contratos, imagine os pobres mortais, que já são tradicionalmente atingidos pelo estigma da idade avançada.

A fila do Sine/IDT, agência Centro, na rua Assunção, em Fortaleza, é um grande compilado dessas histórias. Lá, carteira de trabalho na mão e olhar desalentado se juntam aos cabelos brancos e rugas pronunciadas para contar histórias de quem, apesar de profissional experiente, não consegue recolocação.

Dona Noélia Lopes Bezerra, 56 anos, é uma que



Iran Uchoa, professor que tenta voltar ao mercado

não para de se lamentar. E em voz alta. Mesmo tendo sido telefonista e feito curso de Informática Básica, está sem trabalho há seis anos. “Preciso de pelo menos um salário-mínimo para viver. Mas está difícil”, confessa.

A queixa da dificuldade é repetida pela cuidadora Elizabeth Fernandes, dois anos sem emprego, e pelo professor de Matemática Iran Uchoa do Vale, 65 anos, que garante ter sido aprovado em concurso, em Cascavel, não tendo sido chamado até agora. “Nem me chamam e nem consigo achar colocação”, queixa-se enquanto mantém, bem junto ao corpo, a pasta com a sua vasta documentação. Falante, desinibida, Maria Edna Ribeiro, 51 anos, diz que que, na falta de emprego, anda trabalhando por conta própria. “Vou vendendo umas coisinhas que faço enquanto a carteira assinada não vem”, conta.

EMPREENDEDORISMO PRATEADO

E não é só dona Edna que tem preferido investir em um negócio próprio para fugir do desemprego. No Brasil, segundo pesquisa do Oxford Economics, em 1990, os empreendedores com mais de 60 anos representavam 7,1 milhões de pessoas. E a previsão é de que até 2050 eles sejam 68,1 milhões de empreendedores (30% da população). De acordo com o Sebrae, os setores de ocupação preferidos desses empreendedores são os de serviços, que aparece como o principal (36%), seguido pela agropecuária (23%) e comércio (19%).

Fonte: IBGE

“

Acho que as pessoas julgam muito as outras. E isso é triste. Quando a velhice chega, ninguém quer perder tempo com a gente. Fica só a solidão”

Dona Maria Costa, do alto dos seus 85 anos



DEPOIMENTO

ASSUMINDO OS BRANCOS

“Toda liberdade tem seu preço”

Eu, escolhi pagar! Quando decidi parar de pintar o cabelo porque já estava incomodada com a frequência com que tinha que aplicar a tinta, sabia que ia enfrentar críticas e preconceito. Afinal, para a minha geração, “homem grisalho era charme. Mulher de cabelos brancos era sinal de desleixo.

Só não imaginava que a maioria dos julgamentos viriam justamente de outras mulheres. O ano era 2016, bem recente, mas sim. As amigas (muitas se queixavam da mesma tortura da tinta), foram as primeiras. Até tentavam me desmotivar. Mas eu estava decidida.

- Tu vais mesmo parar de pintar os cabelos?
- Duvido. Tu não vais aguentar.
- Quero ver se quando os brancos sobressaírem, tu vais pintar!
- Tu vais parecer mais velha.

Cansei de ouvir frases motivadoras. Era assim que funcionava para mim. Quanto mais duvidavam, mais eu entendia que era o que eu queria. Tive que ter muita paciência. Mas, enfim, fui cortando, cortando, até o cabelo ficar curto e... grisalho. E eu amei. Estou feliz? Muito. Me arrependi? Sim. De não ter feito antes.

Olga Ribeiro, jornalista, 60 anos em 08 de agosto próximo

COM A PALAVRA



Combater o etarismo requer um esforço conjunto de toda a sociedade cearense. É fundamental promover uma

mudança cultural, incentivando o respeito, a valorização e a inclusão de todas as gerações. Somente através de um compromisso coletivo, poderemos construir uma sociedade mais justa e livre de preconceitos baseados na idade.

Deputado **Firmo Camurça** (UNIÃO)



“O legislativo desempenha um papel crucial no combate ao etarismo, permitindo a discussão e

a criação de leis. No entanto, é importante envolver também a iniciativa privada nesse debate. Juntos devem atuar como intermediários, fornecendo incentivos e subsídios à iniciativa privada para ampliar oportunidades e combater a discriminação por idade, tanto para pessoas mais idosas quanto para os mais jovens. Essa ampliação requer acesso facilitado ao conhecimento, permitindo que essa geração se recicle e acompanhe a evolução tecnológica, assim como os jovens que precisam de cursos práticos para entrar no mercado de trabalho.”

Deputado **Alcides Fernandes** (PL)

O PRECONCEITO QUE AFETA TAMBÉM O JOVEM

Magrinha, encolhida em um canto, Jaqueline Menezes espera, com mal disfarçada ansiedade, a chegada dos técnicos que vão avaliá-la no teste de admissão para uma grande fábrica da cidade. Não é, definitivamente, um dia comum na vida da jovem de 26 anos que desde os 18 luta por um registro na carteira.

Apesar da idade, Jaqueline também é vítima de etarismo. Com a carteira sem nenhuma anotação, ela tem sido recusada em todas as tentativas que fez para conquistar uma vaga no mercado formal de trabalho. Motivo: a falta de experiência. “Ninguém quer dar a primeira chance”, lamenta. Não que ela não tenha se esforçado. Nesses oito anos, perdeu a conta de quantas seleções participou e acumula capacitações, como de auxiliar administrativo, empreendedorismo, informática básica, manutenção de computador. “Eles não querem ninguém sem experiência”, resume.

No caso de Jaqueline, o etarismo se baseia na ideia preconcebida de que quem ainda não foi contratado não é qualificado. O próprio atual secretário estadual do Trabalho, Vladlyson Viana, que tem vasta experiência no assunto como presidente do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), reconhece que essa é uma das principais dificuldades

que o jovem enfrenta hoje.

“Temos desenvolvido políticas para a juventude, com foco na capacitação e na busca pelo aumento da escolaridade. Mas essa é uma realidade quase estrutural que afeta os jovens de 18 a 29 anos. E essa rejeição por causa da falta de experiência acaba jogando esse jovem numa legião de desalentados”, afirma.

A secretaria tem duas frentes a trabalhar: oferecer mais oportunidades de capacitação e incentivar esse jovem a passar mais tempo na escola, informa ele. “Além de investir numa política de estágio que aproxime os que estão começando do mundo corporativo”, pontua.

Ele ressalta, no entanto, que, mesmo assim, é difícil inserir todos os jovens nesse mercado. “Seriam necessárias milhões de vagas. Nesse cenário, o incentivo ao empreendedorismo garante uma oportunidade de renda e sobrevivência ao jovem, que, no futuro, como empreendedor, pode até gerar, ele próprio, novos postos de trabalho”.



Ninguém quer dar a primeira chance. Eles não querem ninguém sem experiência”

Joaquina Menezes, jovem que não consegue o primeiro emprego devido à idade.JPG



Vladlyson Viana,
secretário de trabalho



ETARISMO É CRIME

O etarismo é enquadrado como crime no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003), que prevê, em seu artigo 96: “Discriminar pessoa idosa... por motivo de idade: Pena - reclusão de seis meses a um ano e multa”.

Mas isso deve mudar. O projeto de lei (PL) 1291/2023, de autoria do líder do Podemos na Câmara dos Deputados, Fábio Macedo (Podemos/MA), quer endurecer a legislação. Ele propõe mudar o inciso 3º do artigo 140 do Código Penal, “para que a utilização de elementos referentes à idade se torne qualificadora do crime de injúria, independentemente de a pessoa ter idade igual ou superior a 60 anos”.

Globalmente, estimativas indicam que uma em cada duas pessoas tem preconceito contra os mais velhos, segundo relatório da ONU.



REVISÃO DA VIDA TODA

Recálculo da aposentadoria não é para todo mundo. Importante segurado ou segurada estar atento aos critérios e fazer cálculo antes de ajuizar revisão

Texto: Marina Ratis | marina.ratis@al.ce.gov.br | **Fotos:** José Leomar

No dia 1º de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os aposentados que tenham ingressado no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) antes da criação do fator previdenciário têm direito à “revisão da vida toda” no cálculo do benefício.

Mesmo com o placar apertado, 6 votos a 5, a maioria da corte suprema considerou possível a aplicação de regra mais vantajosa para recálculo da aposentadoria. Contudo, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) entrou com recurso pedindo a suspensão dos processos, e ainda não há data para avaliação pelo STF.

A decisão questiona a regra transitória, uma das que foram instituídas em 1999 para o cálculo do benefício previdenciário, limitando-o aos salários pagos a partir de 1º de julho de 1994. Muitos aposentados que ganhavam mais antes dessa data foram prejudicados, recorrendo, então, à Justiça.

É o caso da artista plástica Lourdes Chaves, que se aposentou em 2018, soube recentemente sobre a “revisão da vida toda” e decidiu procurar um escritório de advocacia especializado em direito previdenciário para

saber se o seu perfil se enquadrava para o recálculo. “No meu caso, por exemplo, que fui bancária, trabalhei em outras empresas com cargos mais altos, eu depositava mais. Minha aposentadoria vai melhorar, se Deus quiser”, disse otimista.

O advogado previdenciário Renan Félix é o responsável pelo caso de Lourdes. Ele disse que existem três critérios para analisar se o segurado está apto ou não para fazer a revisão: “Não estar aposentado há mais de dez anos, não ter se aposentado segundo as regras da reforma (da previdência de 2019) e ter salários maiores do que a média antes de 1994”, expõe.

Ao identificar que Lourdes Chaves estava dentro do espectro para a revisão, um contador especializado foi acionado para fazer o levantamento do que tem na base de dados do INSS e o que está na Carteira de Trabalho da segurada. Com isso, ele fez o cálculo manualmente, inclusive transformando as moedas anteriores em real.

“Segundo esses cálculos, ela passou a ter uma diferença de valor para mais, e o benefício dela deu uma subida considerável”, conclui o advogado.



REGRA TRANSITÓRIA E REGRA DEFINITIVA

Instituído pela Lei 9.876/99, após a Reforma da Previdência de 1998, o fator previdenciário é uma fórmula de cálculo utilizada para definir o valor das aposentadorias do INSS. Ele leva em conta a alíquota de contribuição no valor fixo de 0,31, a idade do trabalhador, o tempo de contribuição para a Previdência Social e a expectativa de vida do segurado na data da aposentadoria, conforme tabela do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

FÓRMULA MATEMÁTICA UTILIZADA PARA O CÁLCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO

Essa reforma estabeleceu duas regras para calcular a aposentadoria dos cidadãos: a regra de transição e a regra definitiva. A primeira visa quem já contribuía com o INSS antes do Plano Real, que implantou o real como moeda vigente no Brasil a partir de 1º de julho de 1994. Antes, a moeda do País era o cruzeiro real. O cálculo da aposentadoria para essas pessoas considerava 80% das maiores contribuições, mas apenas aquelas feitas a partir de 1º de julho de 1994.

O advogado e diretor de relações institucionais do Instituto Jurídico da Advocacia Nacional (IJAN), Robson Holanda, especialista em Direito Previdenciário, explica que essa regra é utilizada para suavizar o impacto das mudanças e fornecer um período de adaptação para os segurados já filiados ao sistema previdenciário antes da alteração legislativa.

“Durante esse período transitório, as regras antigas podem ser aplicadas em conjunto com as novas regras, criando um período de transição gradual que, em alguns casos, beneficia e, em outros, cria novas ou maiores exigências”, disse.

Já a regra definitiva ou permanente foi aplicada para quem começasse a trabalhar com carteira assinada e contribuir com o INSS a partir de 1999. “Ela representa as normas e critérios que passarão a vigorar permanentemente, sem a necessidade de ajustes ou características adicionais”, especifica o advogado.

A proposta é estabelecer um novo padrão normativo e garantir a estabilidade e segurança jurídica no sistema previdenciário. O cálculo da aposentadoria para esse grupo considerava 80% das contribuições de maior porte ao longo de toda a vida.

Durante esse período transitório, as regras antigas podem ser aplicadas em conjunto com as novas regras, criando um período de transição gradual que, em alguns casos, beneficia e, em outros, cria novas ou maiores exigências.”

Robson Holanda, advogado e diretor de relações institucionais do Instituto Jurídico da Advocacia Nacional (IJAN)



Lourdes Chaves, aposentada

CRITÉRIOS PARA SOLICITAR A REVISÃO

A “revisão da vida toda” não é para todo mundo. Em alguns casos, pode ser vantajoso, e o segurado ou segurada obter um aumento na sua aposentadoria, mas, em outros, pode acontecer o inverso. Como descrito anteriormente, é necessário atender três critérios para entrar com uma ação na Justiça que valha a pena:

1. Aposentados ou pensionistas do INSS com salários de contribuição mais altos antes de 1º de julho de 1994 têm grandes chances de conseguir aumentar o valor do benefício previdenciário;
2. Quem recebeu a primeira parcela da aposentadoria há mais de 10 anos não tem direito à revisão;
3. Também não é recomendado para quem se aposentou depois da reforma da previdência de 13 de novembro de 2019 ou que tenha começado a contribuir com o INSS depois da reforma previdenciária de 26 de novembro de 1999.



Revisão da vida toda dá ao segurado o direito de ter aposentadoria conforme ele pagou.”

Renan Félix, advogado

COM A PALAVRA



"A "revisão da vida toda" é importante tanto para os segurados quanto para a população em geral. Ela permite considerar as contribuições feitas ao longo da vida no cálculo da aposentadoria, resultando em aumentos significativos nos benefícios mensais. Isso garante uma aposentadoria mais justa e condizente com as contribuições dos segurados, evitando a necessidade de assistência social e benefícios complementares."

Deputado **Antônio Henrique** (PDT)



"A recente decisão do STF que reconheceu a constitucionalidade da chamada "revisão de vida inteira" dos benefícios de aposentadoria do INSS é de grande importância e merece nosso apoio. De

um lado porque encerra uma discussão que se prolonga em diversos processos administrativos e judiciais nas mais diversas instâncias, promovendo segurança jurídica. De outro, porque se alia à missão da Corte de guarda da Constituição, observando os ditames da Carta Magna que afirmam o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da isonomia e da justiça social."

Deputado **Renato Roseno** (Psol)

COMO SOLICITAR A REVISÃO

Atualmente, a única forma de solicitar a "revisão da vida toda" é por meio de ação judicial. Porém, é importante que o segurado ou segurada procure um especialista para fazer o cálculo antes de ajuizar, para saber se, além de atender aos critérios, realmente vai ser vantajoso.

O advogado Robson Holanda recomenda ainda que o solicitante reúna a documentação necessária que comprove os rendimentos de contribuições anteriores a julho de 1994. "Isso pode incluir contracheques, carteira de trabalho, extratos de pagamento, declarações de Imposto de Renda, entre outros registros que comprovem os valores recebidos na época", explica.

Caso se opte pela entrada no pedido administrativo de revisão diretamente junto ao INSS, o processo vai ficar parado aguardando resolução do STF. "Quando for aceito, se for aceito, provavelmente o INSS vai fazer com base no banco de dados dele e, em muitos casos, sobre tudo de 1980, 1990, as remunerações não constam no sistema e o INSS vai dar uma resposta negativa", aponta o advogado Renan Félix.

A decisão do STF prevê que, se for constatado que a "revisão da vida toda" resultará em uma redução do valor do benefício recebido, ela deve ser desconsiderada. "O próprio juiz poderá extinguir a ação alegando a ausência de interesse processual, tendo em vista a adoção do princípio do melhor benefício, ou seja, o segurado tem direito ao melhor benefício", esclarece Robson.

O especialista reforça a importância de antes de entrar com uma ação fazer os cálculos, para, de forma precisa, saber se o valor do benefício vai aumentar ou não, pois os juízes têm diferentes entendimentos a depender da vara em que for distribuído o processo.



RECURSO DO INSS

No início de maio deste ano, o INSS, representado pela Advocacia-Geral da União (AGU), entrou com recurso no STF para suspender a "revisão da vida toda". Conforme a AGU, o pedido serve para "que seja conferida mais segurança jurídica aos pagamentos".

O órgão defende que o julgamento não teve respaldo da maioria absoluta da Corte e pede a suspensão liminar de todos os processos sobre o tema até o trânsito em julgado da ação. Outro ponto apresentado pela autarquia é que o sistema tecnológico não está adaptado para fazer os cálculos de "revisão da vida toda".

Conforme destacou o advogado Renan, o INSS quer saber também se o STF vai modular os efeitos da decisão. A modulação estabelece um marco temporal para o início da vigência da decisão. "Quando modula os efeitos ele diz: 'para trás, o INSS não deve pagar ninguém, apenas para a frente'. E aí ele não foi claro em relação a isso", disse.

Com relação ao pagamento das diferenças e atrasados, o advogado Robson explica que o art. 103, parágrafo único, da Lei de Benefícios (Lei nº 8.213/1991)

e o próprio STF estabelecem que prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveria ter sido paga, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social. "Assim, o segurado tem direito ao pagamento de parcelas vencidas ou diferenças apuradas dos últimos cinco anos", informa.

Quanto à suspensão dos processos, Holanda indica que há tribunais dando seguimento às ações, como no caso do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, determinando que se faça a revisão.

Para ele, o recurso não será acatado, e será mantida a decisão para que, no caso da "revisão da vida toda", sejam pagos os valores das diferenças e/ou atrasados apurados na ação judicial quando concedida a revisão, até o limite dos últimos cinco anos retroativamente.

Já Renan destaca que o cálculo é feito com base em tudo o que foi pago. "Não é uma coisa que não tem lastro. Lá atrás eu paguei por isso. Então o INSS recebeu recursos. A "revisão da vida toda" simplesmente dá ao segurado o direito de ter aposentadoria conforme ele pagou", defende.

O FANTASMA DO SUPERENDIVIDAMENTO

As dificuldades econômicas dos últimos anos, aliadas a busca por crédito fácil e a falta de planejamento, têm levado muitas pessoas a uma espiral de dívidas que comprometem a qualidade de vida
"Dinheiro na mão é vendaval"

Texto: XXXXXX | **Fotos:** Jxxxx

Escrita por Paulinho da Viola, a canção “Pecado Capital” ficou conhecida entre os que gastam tudo o que têm e, pior ainda, o que não têm. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em maio de 2023, cerca de 68% das famílias brasileiras estavam endividadas.

Dados da Serasa mostram que o Ceará é o 10º estado brasileiro com maior número de inadimplentes. Esse resultado indica que cerca de um terço dos consumidores cearenses estão com o “nome sujo na praça”.

Estar inadimplente pode ter consequências, como a inclusão do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito, restrições para fazer compras, juros e multas que elevam o valor da dívida. Essa “bola de neve” formada por contas atrasadas e que só aumentam dia após dia, pode resultar em um problema ainda mais grave: o superendividamento.

De acordo com a Consultora Empresarial, economista e professora Ana Alves, o superendividamento ocorre quando uma pessoa ou família

acumula dívidas além da capacidade financeira de pagá-las e não consegue manter o mínimo necessário para sobreviver. “Geralmente a renda da pessoa está muito comprometida com as dívidas, o que a coloca em uma situação financeira difícil”, assinala.

A pressão para consumir, facilidade de acesso ao crédito, desemprego, doenças, acidentes ou alguma outra crise financeira inesperada, estão entre os fatores que podem contribuir para o superendividamento. “Além disso, gastos excessivos com lazer, viagens, entretenimento e outros itens que não são considerados essenciais também podem contribuir para o problema”, diz Ana Alves.

O mau uso do cartão de crédito é um dos vilões do superendividamento. “Ainda que o cartão não tenha vida própria e faça compras sozinho, a facilidade do crédito é um dos fatores que garante o uso indiscriminado nas compras das famílias. Usar o cartão não é errado, o problema é usá-lo para compras supérfluas. Outro problema é não pagar o valor total da fatura, pois os juros são altos e o acúmulo acarreta o endividamento profundo. Portanto, é importante ter cautela e planejamento”, acrescenta.



“

Usar o cartão não é errado, o problema é usá-lo para compras supérfluas”

Ana Alves, Consultora Empresarial, economista e professora



Ricardo Coimbra, do Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE)

Segundo Ricardo Coimbra, do Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE), outros fatores contribuem para a elevação do superendividamento, caso do crescimento da inflação e o aumento das taxas de juros. "Com a queda do poder de compra e para manter a mesma capacidade de consumo, as pessoas recorreram mais aos empréstimos e outras formas de crédito", observa. Na avaliação do economista, a falta de educação financeira também desempenhou um papel importante. "A ausência de conhecimentos básicos sobre como lidar com o dinheiro de forma responsável levou muitas famílias a decisões inadequadas, comprometendo sua estabilidade econômica", assinala.

SAÚDE MENTAL

É cada vez mais urgente e necessário discutir a relação entre saúde financeira e saúde mental, dizem os especialistas. O endividamento também impacta em nossas emoções, causando sentimentos e sensações como vergonha, angústia, ansiedade, insônia e tristeza. Mas, e o inverso? Será que emoções desequilibradas também são gatilho para o endividamento?

"Pessoas com depressão ou emocionalmente fragilizadas, especialmente depois de um período delicado, como um processo de luto, por exemplo, podem fazer das compras e dos gastos excessivos uma válvula de escape para as emoções. E esses comportamentos podem acarretar uma situação financeira delicada o que, por si só, já é suficiente para afetar ainda mais a saúde emocional. Ou seja, é um círculo vicioso", explica o psicólogo José Maria Neto.

Foi o que aconteceu com o estudante de jornalismo, Bernardo Maciel. Ele diz que sempre foi muito responsável com as finanças e costumava seguir canais do YouTube sobre planejamento financeiro, que ensinavam a economizar e investir o dinheiro que ganhava com o seu trabalho. "Eu era um exemplo para os meus familiares. Muitos deles tinham dívidas no cartão de crédito e até me pediam dicas de como sair dessa situação", conta.

A vida de Bernardo mudou drasticamente em 2021, quando perdeu o avô para a Covid-19. "A morte dele foi muito impactante para mim. A perda trouxe vários questionamentos e conflitos internos. Passei três meses recluso, sem vontade de fazer nada." Depois da tristeza profunda, o jovem foi tomado por um pensamento: "Eu preciso aproveitar a vida!". A partir daí, passou a gastar sem pensar no dia de amanhã. Sem renda, usava um cartão de crédito para pagar o outro. Com isso, acumulou uma dívida de mais de R\$ 20 mil.

A situação só começou a melhorar quando Bernardo começou na terapia. Foi aí que decidiu cancelar seis dos oito cartões de crédito que possuía e buscou a renegociação das dívidas. "Eu ainda estou me recuperando. Pretendo um dia voltar a economizar e investir", diz.



“
Pessoas com depressão ou emocionalmente fragilizadas, especialmente depois de um período delicado, como um processo de luto, por exemplo, podem fazer das compras e dos gastos excessivos uma válvula de escape para as emoções”

José Maria Neto, psicólogo

DIREITOS DO CONSUMIDOR

Muita gente pensa que, por estar devendo, precisa se submeter a qualquer tipo de situação imposta pela instituição credora. Mas não é bem assim. Pessoas endividadas também têm direitos e não só deveres

Endividados têm deveres a cumprir, mas seus direitos também precisam ser garantidos. É o que afirma Cláudia Santos, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-CE. "O consumidor inadimplente também tem direitos e devem ser respeitados. O Art. 42 do Código de Defesa do Consumidor,

determina que na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça".

Um dos pontos de apoio para quem tem dúvidas sobre os seus direitos é o Procon Assembleia, do Poder Legislativo do Ceará. O órgão é responsável por proteger e defender o consumidor, intermediar os conflitos nas relações de consumo, promover conciliação e informar as providências, caso seja necessário recorrer à via judicial.



Segundo a chefe do Procon Assembleia, Valéria Cavalcante, o equipamento é um verdadeiro instrumento de cidadania que o Poder Legislativo cearense coloca à disposição da sociedade. O Procon Assembleia também está presente em vários municípios do interior do Estado. Os núcleos de atendimento estão espalhados nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Quixadá, Viçosa do Ceará, Sobral, Morada Nova, Quixeramobim, Tauá, Jaguaruana e Camocim.

Dentro do “guarda chuva” de proteção de inadimplentes, existe ainda a Lei

do Superendividamento. Sancionada em 2021, ela trouxe mudanças ao Código de Defesa do Consumidor. Entre as medidas, está a possibilidade de parcelamento das dívidas em cinco anos, respeitando o mínimo existencial do consumidor. Esse valor corresponde à renda mensal que não pode ser comprometida para o pagamento de dívidas de consumo. Ou seja, um valor mínimo que a pessoa precisa manter para sobreviver, mesmo que endividada. Em abril deste ano, o governo federal anunciou que vai alterar o

valor de 300 para R\$ 600 reais.

“

O consumidor inadimplente também tem direitos e devem ser respeitados.

Cláudia Santos, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-CE



LUZ NO FIM DO TÚNEL

“Entra na Serasa, sai da Serasa. Entra no SPC, sai do SPC...” e assim por diante... Para quem vive nesse círculo vicioso, que afeta milhões de brasileiros, saiba que, mesmo que pareça impossível, existe uma luz no fim do túnel.

O primeiro passo é fazer uma análise honesta da situação, identificando todas as dívidas, valores, taxas de juros e prazos de pagamento. É preciso ter clareza sobre a renda e despesas mensais para entender o tamanho do desafio que vai enfrentar. O economista Ricardo Coimbra dá dicas importantes para quem quer sair do vermelho. “Entre em contato com o credor da dívida existente e negocie melhores condições, como uma taxa de juros mais baixa ou prazos de pagamento mais favoráveis”.

Um dos caminhos é aproveitar os feirões de renegociação que acontecem por todo o País. Há uma lista de possibilidades para quem deseja fazer um acordo e se livrar das pendências financeiras - com opções presenciais e on-line.

Se for o caso de apoio jurídico, a Defensoria Pública é uma instituição que oferece assistência gratuita para pessoas que não têm condições de arcar com os custos de um advogado particular. Seja qual for o problema, não hesite em procurar ajuda e explore as opções. Além disso, os órgãos públicos disponíveis da sua região podem ajudar.

SERVIÇO

Procon Assembleia

Telefones: (85) 3277-3800 / (85) 3277-3801
E-mail Geral:
proconassembleia.ce@gmail.com
Endereço: Av. Pontes Vieira, nº 2.300, anexo III, 3º andar, Edifício Deputado Francisco das Chagas Albuquerque.

COM A PALAVRA



“O superendividamento afeta o poder de compra e a capacidade empreendedora das pessoas. Diante disso, programas como o Desenrola, do Governo Federal, e outras iniciativas de microcrédito direcionado são fundamentais para que as famílias consigam resolver suas dívidas e progredir.”

Deputado **Guilherme Bismarck** (PDT)



“Nos últimos 4 anos, o endividamento atingiu cerca de 80% das famílias brasileiras, com destaque para as mulheres, representando 72% dos casos. O Governo do Estado, por meio do CearáCredi, tem se empenhado em auxiliar os cearenses a superarem suas dívidas. Agora, o presidente Lula anunciou a renegociação de débitos ressaltando o papel do Poder Público como agente impulsionador da economia.”

Deputado **Nizo Costa** (PT)



“Na prerrogativa de vereador, apresentei um projeto de lei para incluir a disciplina de Educação Financeira nas escolas municipais. Também defendo a fiscalização de empresas para evitar juros abusivos e práticas ilegais de cobrança de dívidas. Além disso, é importante fortalecer as políticas de assistência social, como auxílio-alimentação e auxílio-moradia, para aliviar as despesas mensais dos cearenses.”

Deputado **Carmelo Neto** (PL)

SABER OUVIR E DIALOGAR

Centro de Mediação e Solução de Conflitos da Alece oferece auxílio para a solução consensual em uma disputa judicial ou extrajudicial, nas áreas de direito da família, imobiliário, condominial e de vizinhança

Texto: Marina Ratis | marina.ratis@al.ce.gov.br | **Fotos:** José Leomar

Fortalecer a cultura de paz, a partir do diálogo e da escuta. Essa é a missão do Centro de Mediação e Gestão de Conflitos (Cemgec), órgão da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) inaugurado em julho de 2021 sob a gestão do deputado Evandro Leitão (PDT).

A iniciativa faz parte da estrutura organizacional da Casa e foi idealizada pela primeira-dama da Alece, Cristiane Leitão, que, conforme resolução 03/2022, é responsável pela estratégia, política e diretrizes do Centro. Para ela, essa é uma oportunidade de fortalecimento de vínculos, acesso democrático à cidadania, assim como inclusão e apoio social. “Ele nasce como um projeto que incentiva o tratamento adequado de conflitos, dando força e poder aos envolvidos em suas decisões”, ressalta.

Como o próprio nome sugere, a atuação do Cemgec está na busca do consenso de forma amigável em algum embate, que pode ser judicial ou extrajudicial, nas áreas de direito da família (divórcio, pensão alimentícia, guarda, união estável), imobiliário (aluguel, cobranças indevidas, obrigações inquilino), condominial (taxas condominiais, uso indevido

da área de lazer) e de vizinhança (perturbação ao sossego, som acima do permitido).

A advogada Raísa Pontes, coordenadora do setor, explica que existem diferentes formas de mediação e a utilizada pelo Centro da Alece é a transformativa, onde o foco está no empoderamento e protagonismo dos envolvidos, que são encorajados a reconhecer as necessidades e os interesses da contraparte.

“Existe o princípio da autonomia da vontade das partes. Dentro da mediação transformativa, você dá autonomia para elas realmente se empoderarem e escolherem um caminho mais colaborativo”, diz.

Com o objetivo de facilitar o acesso, os serviços são realizados de forma presencial e telepresencial. O atendimento do órgão é voltado para servidores e comunidades do entorno.

O Centro de Mediação da Alece realiza ainda ações educativas, com eventos, webinários, oficinas, debates, cursos e palestras, a fim de levar conhecimento e informação acerca da mediação para a sociedade; e preventivas, desenvolvidas através do uso das ferramentas restaurativas, com a finalidade de prevenir conflitos na comunidade como um todo.



MEDIADOR(A)

O trabalho do mediador é fundamental no processo. Quando essa terceira pessoa se coloca e ouve cada uma das partes, facilita a escuta do outro. Conforme a mediadora Luzia Léa, normalmente, eles não estão se ouvindo. A mediação vai restabelecer a comunicação. Para ela, se existe algo importante nesse trabalho é saber ouvir e fazer com que o outro ouça. “Quando a gente ouve realmente com atenção, dando prioridade ao assunto que está sendo posto pelas partes, você consegue explorar e verificar onde existem os consensos e, a partir dali, você vai desenvolver uma conversa que parte do que é igualitário”, explica.

O trabalho desenvolvido por Luzia requer, além do conhecimento técnico, empatia e responsabilidade. Ela destaca que logo no início do diálogo com os envolvidos esclarece sobre o que vai acontecer ali, com o intuito de passar segurança durante o processo. Inclusive, deixando claro que podem parar quando quiserem. “O trabalho só vai ser feito se estiverem de livre e espontânea vontade e exatamente a vontade deles é que deve prevalecer”, ressalta.



“A mediação auxilia os envolvidos a encontrarem os seus verdadeiros interesses através da construção de um acordo criativo e benéfico.”

“

Os círculos restaurativos envolvem uma roda dialogal com o facilitador e o co-facilitador para realizar ali um tema específico.”

Raísa Lou, coordenadora do Cemgec

SERVIÇOS OFERTADOS

São oferecidos três tipos de serviços no gerenciamento de conflitos: a mediação, o círculo restaurativo e a assessoria jurídica. Na mediação, os envolvidos contam com o apoio de um mediador que vai ajudar as partes na busca pela resolução mais adequada para determinada situação.

O círculo restaurativo é uma roda de conversa, que permite a participação de qualquer pessoa envolvida no conflito, direta ou indiretamente, com a finalidade de promover um consenso.

Já a assessoria jurídica é um serviço gratuito de assessoramento realizado por advogados direcionado para as áreas de atuação do órgão.

De acordo com levantamento do Centro de Mediação, de julho a novembro de 2022, foram atendidos 2.639 casos, entre mediação e círculos restaurativos. Neste ano, entre fevereiro e maio, foram 877.

**MEDIANDO EM CÍRCULOS**

O primeiro encontro do projeto Mediando em Círculos, iniciativa importante do Centro de Mediação da Alece, que consiste em ações preventivas direcionadas às pessoas vítimas de violência por meio dos círculos restaurativos, ocorreu em 11 de março de 2022. O objetivo do projeto é promover um trabalho de acompanhamento acolhedor que visa capacitar e empoderar pessoas.

A coordenadora do Cemgec, Raísa Lou, informa que os casos que envolvam violência, seja agressão física ou verbal, são encaminhados especificamente para esse projeto. “Os

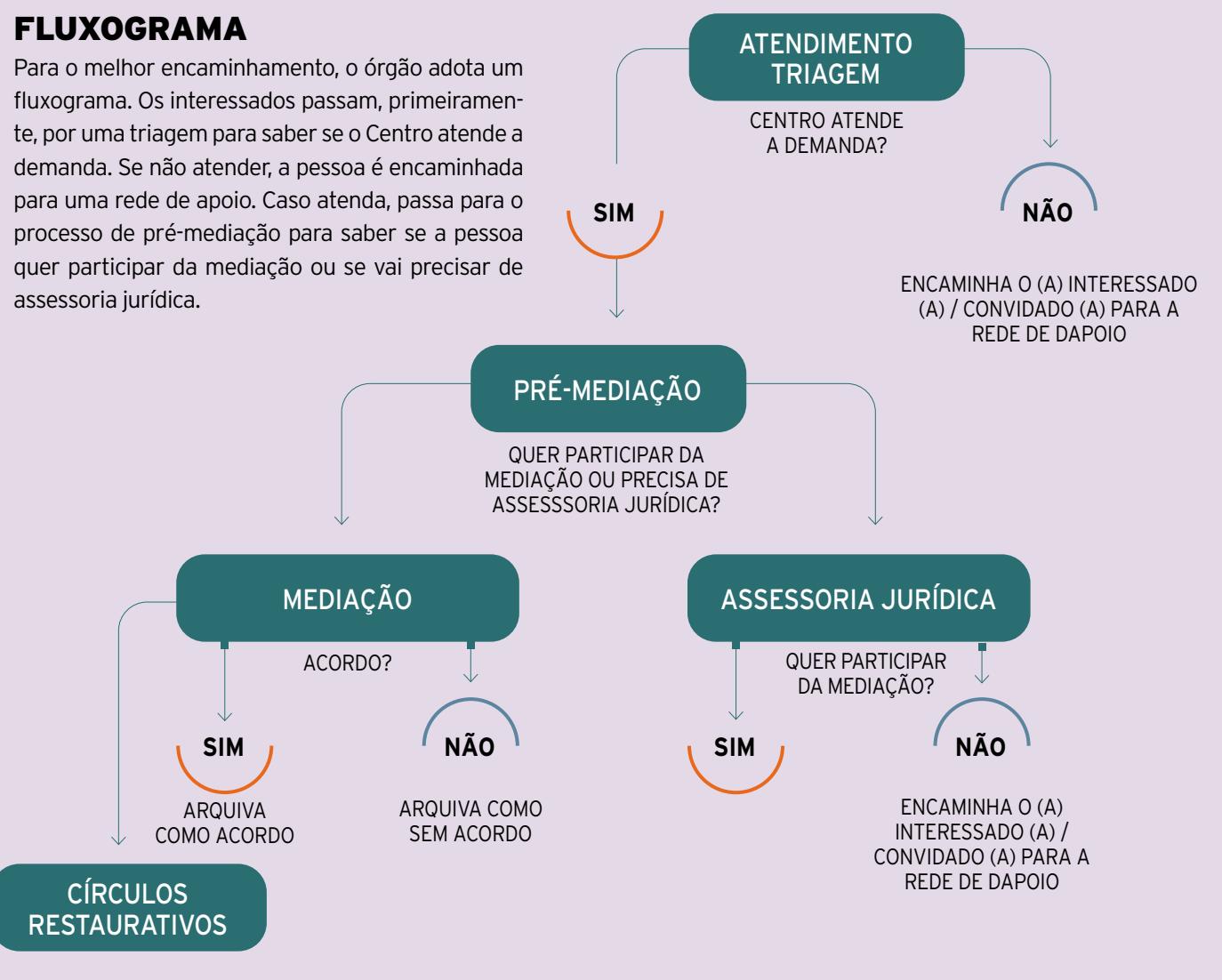
círculos restaurativos envolvem uma roda dialo-
gal com o facilitador e o co-facilitador para
realizar ali um tema específico”, esclarece.

Em outubro do ano passado, o Legislativo cearense, por meio do Centro de Mediação, assinou um termo de cooperação técnica com a Controladoria Geral de Disciplina (CGD) dos órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, com foco na disseminação, intercâmbio de informações e execução do projeto Mediando em Círculos. Uma conquista fundamental para a promoção de uma cultura de paz.



FLUXOGRAMA

Para o melhor encaminhamento, o órgão adota um fluxograma. Os interessados passam, primeiramente, por uma triagem para saber se o Centro atende a demanda. Se não atender, a pessoa é encaminhada para uma rede de apoio. Caso atenda, passa para o processo de pré-mediação para saber se a pessoa quer participar da mediação ou se vai precisar de assessoria jurídica.



COM A PALAVRA



"O centro de mediação oferece um espaço neutro para que as partes envolvidas em um conflito possam se comunicar, expressar suas preocupações e interesses, e trabalhar juntas na busca de soluções mutuamente aceitáveis. O serviço garante ainda um impacto significativo na redução da carga sobre os sistemas judiciais, na diminuição dos custos associados aos litígios e na promoção de um ambiente mais pacífico e cooperativo."

Deputada **Juliana Lucena** (PT)



BENEFÍCIOS

Luzia Léa pontua três itens, dentre as vantagens das soluções oferecidas pelo Centro de Mediação e Gestão de Conflitos. O tempo de resolução, que vai ser menor; a terceirização de quem vai resolver as questões, que facilita a escuta e o diálogo; e a economia para o usuário do serviço e para o próprio Governo. "A gente tem um custo altíssimo para quem entra com a causa ou para quem perde e também para os cofres públicos. Dado o tanto de ações que se tem no Judiciário, a máquina é imensa e caríssima para o Estado, e quem paga essa conta somos todos nós", justifica.

As pessoas podem tomar para si a responsabilidade de encontrar a melhor saída para sua questão. É um processo denominado como ganha-ganha, conforme explicou a mediadora. "Ambos conseguiram na totalidade o empate naquilo que elas gostariam de receber ou de ter", diz. Ou seja, os envolvidos podem conseguir o que desejam de forma integral ou em parte, contanto que seja um acordo justo para todos.

COM A PALAVRA



"Sob o meu ponto de vista, o Centro de Mediação e Gestão de Conflitos da Assembleia Legislativa é uma grande conquista para o povo cearense. Hoje, o equipamento permite uma atuação

integrada de ações educativas e preventivas, sempre trabalhando na busca por soluções adequadas em diversas áreas. O serviço prestado garante a inclusão social, fortalecendo os vínculos comunitários e o diálogo, que é um dos pilares da gestão estadual."

Deputada **Luana Ribeiro** (Cidadania)



"É motivo para celebrar que a Casa desenvolva esse trabalho, visando não apenas servidores, mas também moradores das proximidades, através de ações internas e externas, prezando, acima de tudo, pela pacificação, colocando os próprios indivíduos como protagonistas de suas decisões. O auxílio para a resolução dos conflitos é essencial para que as partes envolvidas não tenham maiores problemas no longo prazo. O desejo é que muitos cidadãos continuem sendo beneficiados pelo serviço."

Deputado **Queiroz Filho** (PDT)

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO

- Original e cópia do RG;
- Original e cópia do CPF;
- Original e cópia do comprovante de endereço;
- Outros documentos relacionados ao caso.

SERVIÇO

Centro de Mediação e Gestão de Conflitos

Funcionamento: segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h
Avenida Pontes Vieira, nº 2.300, 4º andar, sala 305, Edifício Deputado Francisco das Chagas Albuquerque, Dionísio Torres, Fortaleza/Ceará (85) 2180-6513 e (85) 2180-6514
E-mail: cemgec@al.ce.gov.br



Português heroíco em terras cearenses

O fundador do Ceará é um dos maiores e mais heróicos guerreiros da História brasileira e portuguesa. E é o único, desde 2018, cujo o nome está gravado no Livro de Aço dos heróis nacionais do Brasil, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília

Texto: Ana Lúcia Machado | ana.araujo@al.ce.gov.br

Fotos: José Leomar | **Ilustração:** Fernando Carval

Martim Soares Moreno era pouco mais que uma criança, 16 anos, quando embarcou em um navio pela primeira vez. Nascido em 1585 ou 1586, em Santiago do Cacém, Alentejo, numa abastada família de lavradores, era filho de Martim de Loures e Paula Ferreira, e acabou incorporado à expedição de Pero Coelho.

Chegando ao Brasil em 1602, os combates aos índios e franceses acabaram deixando quase todos da expedição feridos. Pero Coelho, então, bateu em retirada para a Paraíba. Mas, Martim Soares Moreno ficou.

Como já tinha se conectado com os índios e estava aprendendo a língua, permaneceu na Barra do Ceará. Durante três anos, acompanhou o que acontecia no território. Inclusive, o mal-estar das tribos com o tratamento que recebiam e com a ação dos corsários que, dali, levavam cargas de algodão,

pimenta, madeira e animais exóticos, como papagaios e saguis.

A convivência o aproximou tanto da tribo que ele conquistou a amizade dos índios Potiguaras. Inclusive do chefe da tribo, Jacaúna, que tratava Martim Soares Moreno como “filho”.

GUERREIRO PINTADO

Estreitando novas relações, Soares Moreno travou amizade com três tribos tapuias e, assim, conseguiu colher informações sobre a fertilidade das terras do Maranhão. As informações foram enviadas ao governador Diogo de Menezes que, junto do Conselho da Índia, obteve a aprovação para Soares Moreno conquistar os rios do Maranhão.

Já nessa época, ele lutava como um índio. Para fazer isso, se despiu, raspava a barba, se tingia com jenipapo e usava arco e flecha, como se fosse índio mesmo. A pintura no corpo rendeu a ele o apelido de “Coatiabo”, guerreiro pintado, na língua indígena.

LUTA NO MARANHÃO

Para recuperar esses fatos históricos contamos com a ajuda de Rômulo Alexandre Soares, advogado, mestre em negócios internacionais, e membro honorário da Comissão Internacional Martim Soares Moreno da Real Sociedade Arqueológica Lusitana. A entidade se especializou na jornada de Soares Moreno ligada ao Maranhão.

“O Maranhão, dominado por franceses, era a terra a ser reconquistada. Com o fracasso da expedição de Pêro Coelho, Martim Soares Moreno só conseguiu chegar às terras maranhenses quase 10 anos depois, após ter voltado, novamente, ao rio Siará, construído o Forte São Sebastião sobre o que restou do antigo, e iniciado, com os índios potiguaras, a primeira comunidade do Ceará, onde hoje se encontra a Vila Velha,” explica.

Rômulo Soares é moçambicano, e se apaixonou pelas aventuras de Martim Soares Moreno ao se aproximar de amigos portugueses, com quem chegou a participar de uma expedição que percorreu a mesma trajetória do herói fundador do Ceará. “As lutas de Soares Moreno meio que me ajudaram a me reaproximar das minhas raízes

lusitanas”, conta.

As pesquisas de Rômulo Alexandre apontam que, por volta de 1613, Soares Moreno passou por sua primeira grande aventura, “quando Jerônimo de Albuquerque o imbuíu de reconhecer as posições francesas ao redor da ilha de São Luís a fim de antecipar detalhes do que viria a ser a grande batalha”.

O final da história muitos sabem: “Portugal, no final do ano de 1614, vence o exército francês em Guaxenduba, quase que por um milagre e graças, em boa parte, aos esforços e ofícios que Martim Soares Moreno empreendera, iniciando uma vitória definitiva que viria no ano seguinte”.

“Faço questão de explicar o que ocorreu com Martim Soares Moreno antes, entre o dia em que saiu da sua fortaleza, às margens do rio Siará, em 1613, até quando retornou a ela, quase seis anos depois”, acrescenta Rômulo Alexandre.

Segundo ele, dos cem homens e quatro barcos da expedição trazida por Jerônimo de Albuquerque, coube a Martim Soares Moreno escolher vinte e cinco portugueses e sete índios.



Narra o Barão de Studart que, chegando Martim Soares Moreno perto da ilha de São Luís, vindo de Camocim e no caminho já tendo destruído e incendiado um armazém militar francês, se apresentou às nações nativas que encontrou, se declarando “o filho de Jacaúna”. Ali fixou uma cruz, tomando posse da terra em nome do Rei católico, sem saber que aquela área já estava invadida por franceses.

Aí sofreu uma peça pregada pelo destino. Ao tentar fugir dos franceses, por causa dos ventos, o “Coatiabo” ao invés de retornar a Camocim para instruir Jerônimo de Albuquerque sobre a estratégia de conquista do Maranhão, foi arrastado pelas correntes até à ilha de São Domingos na América Central. De lá, sem opção, foi para Sevilha, aonde chegou no dia 25 de setembro de 1614, acompanhado só por alguns índios guerreiros.

Em 1615, Moreno já estava de volta ao Brasil, tendo feito o seu papel na conquista do Maranhão e do Pará. Então, é chamado, no dia 2 de janeiro de 1616, por Alexandre de Moura e enviado a servir de capitão de Cumá, no continente do Maranhão. Mas uma perigosa fistula o obrigou a pedir a substituição e tentar voltar ao Ceará.

“Faço questão de explicar o que ocorreu com Martim Soares Moreno antes, entre o dia em que saiu da sua fortaleza, às margens do rio Siará, em 1613, até quando retornou a ela, quase seis anos depois”

Rômulo Alexandre Soares, advogado, mestre em negócios internacionais, e membro honorário da Comissão Internacional Martim Soares Moreno da Real Sociedade Arqueológica Lusitana



TUDO DE NOVO

Entretanto, o destino fez com que ele repetisse o mesmo caminho de 1613 sofreesse, mais uma vez, o mesmo revés que o levou em direção da América Central. Desta vez, foi parar em São Domingos, no Caribe, de onde, sem outra saída, prosseguiu para a Europa.

“Mas, desta vez foi pior”, narra Rômulo Alexandre. “Num mar cheio de corsários e piratas, num período de intensa guerra entre as nações europeias pelas terras do novo mundo, foi abordado por um navio pirata francês, que o fez lutar até o desespero

“Com apenas dois sobreviventes, uma mão quase arrancada e o corpo crivado de 23 feridas, é feito prisioneiro. E para completar o infortúnio, foi reconhecido por gente próxima das vítimas que tinha feito no Maranhão. Foi, então, levado à França, julgado e condenado à morte”, conta.

Mas, por um milagre, depois de várias negociações, Martim Soares Moreno foi libertado em 1616, graça à habilidade de um diplomata português que o trocou por prisioneiros franceses.

São e salvo, mas sem posses nem riqueza alguma, Martim Soares Moreno recebeu em 28 de maio de 1619, finalmente, uma carta patente e, após tudo o que passou nas terras do Ceará e do Maranhão, se torna legítimo senhor do Siará”, conta Rômulo Soares.

Martim Soares Moreno foi libertado em 1616, graça à habilidade de um diplomata português que o trocou por prisioneiros franceses.

A VOLTA

Demorou um ano, e só em 1620, mais precisamente no dia 14 de outubro, recebeu o alvará de licença para proceder à fortificação da Capitania do Ceará.

Ao retornar, Martim Soares Moreno encontrou o forte que deixou em ruínas. Reconstruiu, então, a fortificação e, tratando de apaziguar os indígenas, distribuiu sementes, mudas de cana-de-açúcar e gado, procurando lançar as bases da prosperidade da Capitania e reiterando o pedido de mais soldados.

Mas a situação só piorava. Os problemas eram tantos que o governador do Maranhão, Francisco Albuquerque Coelho de Carvalho, passando pelo Ceará, ordena o abastecimento de pólvora e o pagamento dos soldados, que chegaram a atrasar por três anos.

No ano de 1631, Martim Soares Moreno, com 45 anos, acompanhado de alguns índios e soldados, seguiu para o Arraial do Bom Jesus, em Pernambuco, aonde chega em junho de 1631 para nova batalha. Desta vez contra os holandeses. Sai ferido da defesa do Arraial, no assalto de 27 de março de 1633.

Em 1641, a coroa portuguesa assina uma trégua de 10 anos com os holandeses. Até que, sete anos depois, em 1648, os luso-brasileiros insurretos reforçaram as suas posições, provocando os holandeses, apoiando nações indígenas que se rebelavam contra os ocupantes e contra as outras nações amigas deles e, quando todas as forças disponíveis se empenharam numa só ação conjunta.

O primeiro grande confronto na planície dos Guararapes, foi a 19 de abril de 1648. Com intuições aparentemente pacificadores, partem da Bahia, por ordem do governador Teles da Silva, os Mestres de Campo Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros, embarcados na frota de Jerônimo Serrão de Paiva.



Martim Soares Moreno, com o seu terço, investe, então, contra a Fortaleza do Pontal. Não obstante, é surpreendido com a ordem de recolher-se à Bahia com os seus homens. Desiludido e dizendo-se doente, regressa sozinho a Salvador, conduzindo alguns soldados insubordinados. Era o mais idoso dos comandantes em atividade.

É, em seguida, substituído no posto de Mestre de Campo por Nicolau Aranha Pacheco e, a 22 de abril de 1648, com 63 anos, regressa a Portugal, onde se recolhe, anônimo, até a sua morte, cuja data não há registo. Desaparecia de cena como um dos guerreiros mais heroicos da História brasileira e portuguesa.

Hoje, Martim Soares Moreno é reconhecido, graças a projeto de lei de autoria do deputado Romeu Aldigueri (PDT), que instituiu o Dia Martim Soares Moreno – comemorado em 26 de maio. E, desde 2018, seu nome foi inscrito no Livro de Aço dos heróis nacionais do Brasil depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

SAÚDE CONECTADA

A tragédia da pandemia, causada pela Covid-19, trouxe para os atendimentos de saúde uma oportunidade única de se modernizar. Após regulamentação, o uso da telessaúde vem crescendo e se consolidando em todo o País



Texto: Dídio Lopes | didio.lopes@al.ce.gov.br

ESTADO

Segundo dados da Secretaria da Saúde do Ceará, em 2022, foram 93.067 agendamentos realizados pelo serviço de telessaúde no Estado. E, até abril de 2023, esses números chegaram a 37.879. Mesmo com a boa aceitação do serviço, um dos principais questionamentos sobre a telessaúde é de que forma ocorreria seu desenvolvimento e como ele deve se manter paralelo à prática da medicina presencial tradicional.

De acordo com a coordenadora da Telessaúde e Fila Cirúrgica da Secretaria da Saúde do Ceará, Melissa Medeiros, a saúde digital não veio para substituir o atendimento presencial, mas sim, para complementar. “O teleatendimento ou a teleconsulta são mecanismos e formas para agilizar um tratamento mais especializado, amplo e abrangente para o paciente que esteja precisando de atendimento mesmo estando em lugares mais áridos ou de difícil acesso. Não só em termos de regionalização do Estado, mas também em carência de acesso a profissionais especializados”, destaca.

Melissa ressalta que, por meio da medicina digital, a área da saúde já evoluiu bastante e, diferente do que muitos pensam, a máquina não vai substituir o homem. “A tecnologia veio para ser usada como uma ferramenta inovadora para nos ajudar. O contato humano nunca vai ser substituído, pois há um vínculo criado entre o médico e o paciente. Vamos explorar a saúde digital na melhoria e cuidado com o paciente”, pontua.

Eliane procurou o serviço de telessaúde, através do plano de saúde, com dois especialistas, um clínico geral e um nefrologista, e em dois momentos distintos: durante a pandemia da Covid-19 e após o período pandêmico. Segundo a gerente de relacionamentos, os atendimentos on-line foi melhor que os presenciais. “Minhas consultas duraram, em média 25 minutos, com receita de medicamentos e encaminhamento para realização de exames. Foi um atendimento completo”, explica Eliane, recomendando para quem nunca utilizou o serviço.

Apesar da modalidade que melhor atendeu a necessidade da jornalista Márcia Catunda também ter sido a virtual e, através do seu plano particular, ela reflete que, a depender do caso, uma consulta presencial se torna fundamental para alcançar os resultados desejados. Não foi o seu caso, que, ao ver um anúncio de uma psicóloga que atendia on-line, resolveu tentar e está em teleconsultas até os dias atuais. “Em casos mais simples, com sintomas mais brandos, e até mesmo para tirar dúvidas, com certeza, o serviço virtual é uma ótima alternativa para desafogar as unidades de saúde”, observa.

No entanto, um ponto que merece atenção, ainda de acordo com a jornalista, é a forma de trabalho do profissional que faz toda a diferença em gerar uma conexão com o paciente. Se ela pudesse dizer que algo poderia melhorar, destacaria sobre a velocidade da conexão da internet. “Às vezes, o problema está na tecnologia mesmo, no caso falhas na internet e que é algo que foge ao nosso alcance. Vejo isso como a única parte negativa desse tipo de atendimento”, avalia.



Teleatendimento DSAS da Alece

LEGISLATIVO

É inegável que a Telemedicina transformou a prática médica, sobretudo no ano de 2020, quando o mundo paralisou por conta da pandemia de Covid-19 e no Departamento de Saúde e Assistência Social (DSAS) do Legislativo cearense não foi diferente. Nos anos de 2020 e 2021, foram realizados 10.138 teleatendimentos. Em 2022, os números contabilizavam 2.818 e, de janeiro a maio de 2023, totalizam 1.108 teleconsultas.

Para o diretor do DSAS, Luís Edson, durante o período pandêmico houve uma aceleração e aumento substancial na demanda por serviços de teleatendimento, em razão do isolamento social. “Se as pessoas tinham medo ou receio com as consultas on-line, hoje a utilizam com frequência. Só precisamos reconhecer os limites da telemedicina. Afinal, ela pode ser muito útil para facilitar os processos, mas nunca substituirá o atendimento presencial”, reforça.

O teleatendimento oferece benefícios tanto para os funcionários da Casa, seus dependentes e moradores do entorno do departamento, quanto para os profissionais de saúde envolvidos, é o que diz a orientadora da célula de Assistência Social do DSAS, Edinira Martins Borges. “Se por um lado, há uma redução na necessidade de deslocamentos, otimizando tempo e permitindo uma maior autonomia no cuidado com a saúde, por outro os profissionais de saúde podem analisar os resultados dos exames remotamente, proporcionando um atendimento mais eficiente e personalizado”, pontua.

Desde quando foi implantado o serviço de teleatendimento no DSAS, em 2020, a assistente social Aurora Raquel Lima de Sousa sempre esteve à frente para receber as ligações para consultas e fazer a primeira triagem. “No primeiro contato buscamos conhecer um pouco da vida do paciente e sua problemática para preencher o prontuário social e, em seguida, dar encaminhamento para o profissional de saúde responsável”, detalha Aurora.

Mesmo sendo um atendimento crescente nos dias atuais, a assistente social revela que sente falta do atendimento ‘olho no olho’. “Na triagem presencial, a gente tenta entender como é a realidade do paciente, qual a sua necessidade e, às vezes, descobrimos algo que ele nem sabia que tinha durante a conversa por telefone”, pondera.

COM A PALAVRA



“A telemedicina, amplamente utilizada durante a pandemia, desempenhou um papel importantíssimo, sendo aprovada com louvor na minha opinião. Além disso, uma Lei de nossa autoria (Lei nº 17.246/2020) autorizou visitas virtuais, envio de informações on-line e o acolhimento de familiares de pacientes internados com Covid-19, em isolamento hospitalar no Ceará.”

Deputado **Leonardo Pinheiro** (PP)



“O teleatendimento na saúde trouxe segurança e flexibilidade para os profissionais, bem como autonomia para os pacientes. A telemedicina também demonstrou salvar vidas, com milhões de atendimentos realizados e uma alta taxa de resolução, evitando idas desnecessárias às emergências e reduzindo a exposição a outras doenças. A expectativa é que, com o tempo, o sistema se fortaleça e proporcione um atendimento adequado para toda a população.”

Deputado **Guilherme Landim** (PDT)



Se as pessoas tinham medo ou receio com as consultas on-line, hoje a utilizam com frequência. Só precisamos reconhecer os limites da telemedicina. Afinal, ela pode ser muito útil para facilitar os processos, mas nunca substituirá o atendimento presencial”

Luís Edson, diretor do DSAS

SAIBA +

TELESSAÚDE É REGULAMENTADA POR LEI

A Câmara dos Deputados aprovou com alterações, em dezembro de 2022, o Projeto de Lei nº 1998/2020, que autoriza e disciplina a prática da telessaúde em todo o território nacional. Além disso, altera a Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990, para regular diretrizes para a prestação de serviços remotos de saúde. Com isso, o presidente da República sancionou a Lei nº 14.510/22, que foi publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2022. A nova norma entrou em vigor na data da publicação.





“

Pacientes que antes procuravam uma unidade de saúde por causa de uma virose ou gripe, hoje, pensam duas vezes antes de sair de casa e enfrentar fila de atendimento”

Dra. Fernanda Colares de Borba, diretora de Recursos Próprios da Unimed Fortaleza

NÚMEROS

93.067

Agendamentos realizados pelo Telessaúde da Secretaria da Saúde do Ceará, em 2022

37.879

Atendimentos realizados pelo Telessaúde da Secretaria da Saúde do Ceará, até abril de 2023

PLANO PRIVADO

Enquanto o Sistema Único de Saúde (SUS) atende mais de 190 milhões de pessoas, sendo que 80% delas dependem exclusivamente dele para qualquer atendimento, segundo dados do Ministério da Saúde do Brasil, em relação aos usuários de planos privados no País, esse número não chega a 51 milhões, conforme a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Como o aspecto primordial da telessaúde é o seu potencial de democratizar o acesso aos serviços de saúde, quebrando, principalmente, a barreira da distância física, os planos de saúde estão à frente de proporcionar esta qualidade na prestação de serviço, pois atendem um número menor da população.

De acordo com a diretora de Recursos Próprios da Unimed Fortaleza, Dra. Fernanda Colares de Borba, com esse serviço virtual de atendimento é possível levar atendimento profissional especializado para áreas remotas, em que não haveria tal possibilidade sem que esse paciente tivesse que se deslocar até os grandes centros.

“Com os atendimentos on-line, estamos conseguindo mudar a forma de pensamento da população em relação às consultas médicas. Pacientes que antes procuravam uma unidade de saúde por causa de uma virose ou gripe, hoje, pensam duas vezes antes de sair de casa e enfrentar fila de atendimento”, disse.

Em relação à resistência deste serviço, a diretora ressaltou que os mais receosos são os pais com criança de colo. “Na pediatria ainda havia uma insegurança com o atendimento virtual, principalmente em quadros respiratórios, pois os pais acreditavam que o médico precisava do exame físico para um diagnóstico mais completo e específico. Quando, nesta fase inicial, é mais para dar orientações médica”, explica.

O diretor de digital do Hapvida NotreDame Intermédica, Pedro Leme Fleury, afirma que a resistência ainda é comportamental. “O beneficiário acredita que o diagnóstico presencial é mais assertivo em função do contato. Na medida em que usa telemedicina pela primeira vez, a probabilidade de optar por esse formato em relação ao presencial nas próximas ocorrências aumenta muito”, afirma.

Outro ponto que merece atenção, segundo Pedro Leme, é em relação à conexão da internet que, por vezes, é um problema na prestação de serviço e motivo de frustração do beneficiário. Por isso ele sugere testar a conexão e avaliar se está apta antes de iniciar a sala de consulta.



“

O beneficiário acredita que o diagnóstico presencial é mais assertivo em função do contato. Na medida em que usa telemedicina pela primeira vez, a probabilidade de optar por esse formato em relação ao presencial nas próximas ocorrências aumenta muito”

Pedro Leme Fleury, diretor de digital do Hapvida NotreDame Intermédica

COM A PALAVRA



“Apesar dos desafios enfrentados pelo SUS, a telemedicina tem desempenhado um papel importante na melhoria do acesso aos serviços de saúde em todo o País. Embora existam algumas limitações, essa tecnologia já está gerando resultados satisfatórios para o setor, tornando-se especialmente crucial durante a pandemia, um dos períodos mais desafiadores em termos de saúde pública.”

Deputado **Antônio Granja** (PDT)



“Havemos de entender que a telemedicina é um avanço de ponta que a tecnologia, via internet, propicia a se fazer uma saúde de qualidade em todos os locais do mundo e onde existem condições apropriadas. Algumas regiões do nosso Estado estão muito aquém de possibilitar, condições mínimas que sejam, para se fazer atendimento de ponta com telemedicina e acoplando todos os benefícios que poderia trazer para os usuários do SUS. É sonho, mas um dia chegaremos lá.”

Deputado **Fernando Hugo** (PSD)

SERVIÇOS

Acesse o serviço do Núcleo de Telessaúde do Ceará através dos telefones: 0800.280.5110 e (85) 98974.5572, ou, pelo Saúde Digital: digital.saude.ce.gov.br (no menu de Teleconsultoria). Já o contato do Teleatendimento do Departamento de Saúde e Assistência Social (DSAS) da Assembleia Legislativa do Ceará é (85) 99717.2522. Horário de funcionamento de segunda à sexta-feira das 7h30 às 17h.

UM OLHAR ATENTO AO IDOSO

*"Aqui no instituto Chico Mota a gente canta, a gente dança e a energia não se esgota. Aqui sempre tem atividade, jovem da melhor idade venha para o Chico Mota".
Tião Simpatia*



Texto: Jackelyne Sampaio | jackeline@al.ce.gov.br

Fotos: José Leomar

Cabelos ao vento, gingado no corpo, passos ligeiros no salão embalados ao som de conhecidas canções. Aos 72 anos, a dona de casa Ângela Viana não perde o ritmo da dança e mostra que está disposta a uma vida dinâmica. Ela também faz aulas de violão, gaita, sanfona e confecção de bonecas de pano no Instituto Chico Mota, em Fortaleza. A instituição completou dez anos, em maio passado, desenvolvendo atividades que promovem a inclusão sociocultural de pessoas na terceira idade.

Ângela conheceu o local em 2017, quando uma amiga a convidou para participar das aulas. Foi então que, no primeiro momento, ela se matriculou na oficina de violão. A dona de casa conta com alegria que a prática tem contribuído para sua saúde e bem-estar emocional. “Eu moro sozinha, só tenho a companhia de duas cadelas e ainda tenho depressão, então essas atividades são muito boas para mim”, revela.

Ela frequenta o instituto todos os dias e fez do lugar uma extensão de casa. A rotina da Ângela começa cedo, às 8 horas ela já participa da primeira oficina. “Quando a aula termina, vou tomar um cafezinho e conversar com os colegas. Depois almoço e descanso um pouco até a próxima aula”, diz. Um momento de repouso acontece em uma das salas, ali a dona de casa arma sua rede e fica deitada até as 14 horas, quando inicia a oficina tarde.

Outro aluno assíduo na instituição é o aposentado Sixto Pereira, de 75 anos de idade. No início do ano, ele se matriculou nas oficinas de dança e de sanfona, ao lado de sua esposa, Maria de Fátima, que optou pelas atividades de dança e violão. “Nós dois sempre estamos precisando e querendo algo para nos divertir e passar o tempo. A pessoa tem que continuar sempre, Deus nos dá o dom da vida e a inteligência, o restante somos responsáveis e temos que ir em busca dos nossos objetivos”, ressalta.

“

A gente trabalha com uma parcela da população que merece e precisa do nosso apoio que, às vezes, só necessita sentar e conversar com alguém”.

Maria Rita Mota, presidente do Instituto Chico Mota

Além dos passos de dança, o aposentado revela ser apaixonado pela música desde a infância. Habilidoso, ele pega o violão e com sua voz imponente faz a poesia se transformar em uma bela canção. Sixto já está no nível avançado na prática desse instrumento e agora se dedica às aulas de sanfona. “Eu gosto de fazer um ‘barulhinho’ na sanfona, só precisava associar técnica à prática, e isso estou fazendo aqui na instituição, me sentindo realizado com a oportunidade maravilhosa que encontrei”, explica.

De acordo com a presidente do Instituto Chico Mota, Maria Rita Mota, a meta do lugar é proporcionar uma vida mais ativa ao público, a partir dos 50 anos. “A gente trabalha com uma parcela da população que merece e precisa do nosso apoio que, às vezes, só necessita sentar e conversar com alguém. Então, ficamos gratos de ver que a nossa ação está dando resultados, fazendo a diferença na minha vida e de muitas outras pessoas”, acrescenta.

INSTITUIÇÃO

O Instituto Chico Mota foi fundado em maio de 2013, pela Maria Rita Mota, que também é professora aposentada. “Eu morei 22 anos em Brasília, onde lecionava para crianças, mas eu tinha um grande sonho de trabalhar com o público idoso”, diz. Quando voltou para Fortaleza contou com o apoio de um amigo e decidiu investir na ideia. “Ele me ajudou a elaborar um projeto para o Ministério da Cultura, pela Lei Rouanet, que para nossa surpresa foi aprovado em 2012”, conta.



A presidente revela que a dedicação ao idoso foi herdada de seu pai, Chico Mota, um agricultor que tinha grande apreço pelos idosos. Quando fundou o instituto, Maria Rita decidiu usar o nome dele, que já tinha falecido, como forma de homenagem. “Na minha infância, nós morávamos no distrito de Montenebo, interior de Crateús, lá eu acompanhava a rotina do meu pai, ele fazia questão de nos ensinar a respeitar e valorizar os idosos, e isso motivou a fazer o mesmo”, relembrava.

Ao passar pelo portão da Organização Não Governamental (ONG), situada num casarão do bairro Montese, em Fortaleza, já se ouve a música ressoar nas caixas de som e visualiza a agitação dos idosos no salão. É um misto de alegria e concentração para acompanhar a coreografia de dança simulada pelo professor. Ao final da aula, o grupo segue para beber água e tomar café na cozinha. Esse é o momento de descontração, de colocar as conversas em dia ou aguardar o início da próxima atividade.

A rotina do local gira em torno das oficinas gratuitas de dança, sanfona, gaita, violão, canto coral, teatro, confecção de bonecas de pano e atividades extras. As turmas são formadas por até 17 pessoas, obedecendo a capacidade das salas e a segurança dos alunos. As atividades acontecem das segundas às sextas-feiras, nos períodos manhã e tarde.

O espaço físico do instituto é dividido em salas das oficinas, administração, cozinha e áreas de convivência. O lugar abriga ainda a biblioteca Cora Coralina, aberta à comunidade, com um acervo de aproximadamente mil livros. A equipe de trabalho é composta pela presidente da instituição, que dá aulas em algumas oficinas, seis professores, sendo um deles voluntário, coordenador pedagógico, auxiliar financeiro e funcionário de serviços gerais.

De acordo com a presidente Maria Rita Mota, as atividades do local contam com recursos da Lei Rouanet, através da contribuição financeira de uma empresa cearense. “Mas tem coisas que o incentivo não contempla, gastos com a manutenção do espaço, das atividades externas e dos eventos comemorativos. Então, a gente está sempre em busca de novas parcerias e aceitando trabalhos voluntários”. Além disso, o local promove bazares, comercializa bolsas, camisas e outros artigos.

COM A PALAVRA



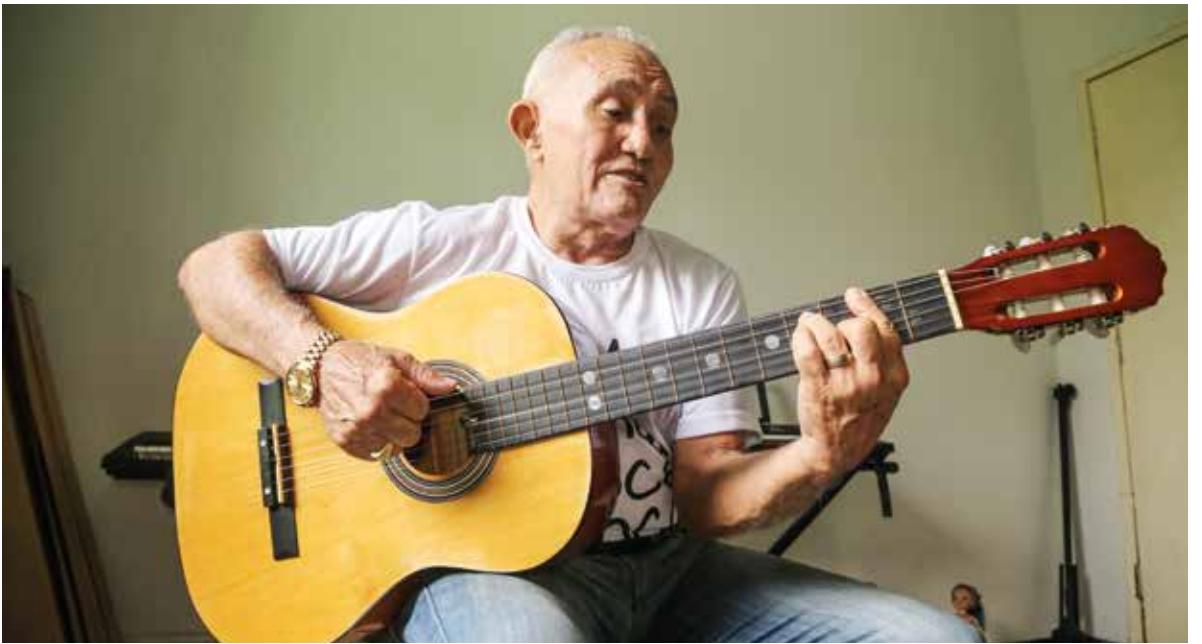
“O Instituto Chico Mota oferece atividades gratuitas que estimulam as habilidades e o desenvolvimento pessoal dos idosos, proporcionando a eles protagonismo e evitando a ociosidade. Por isso, as oficinas de música e teatro são uma verdadeira terapia que fazem com que essas pessoas vejam a vida com mais otimismo e alegria e se sintam sempre ativos. Sem dúvida, uma iniciativa que estimula a saúde e a qualidade de vida dos nossos idosos.”

Deputado **Lucinildo Frota** (PMN)



“As políticas de inclusão para idosos, ao promoverem saúde, bem-estar e acesso a serviços, também permitem que todos se beneficiem do conhecimento, experiência e sabedoria que eles têm a oferecer. Nesse contexto, parabenizamos o Instituto Chico Mota por seu trabalho e desejamos que a instituição continue a cumprir essa linda e bela missão.”

Deputado **David de Raimundão** (Republicanos)



INTERAÇÃO SOCIAL

O professor de dança do instituto, Carlinhos Araújo, de 71 anos de idade, conta que é comum o idoso ter poucos amigos, porque muitos conhecidos deles nessa faixa etária já faleceram. "Eu incentivo meus alunos a interagirem, saírem para tomar um café e comemorar aniversários, pois quando a pessoa começa a conviverem grupo ela conquista mais amizades, cria laços e assim possui mais coisas para fazer", completa.

Carlinhos destaca ainda as vantagens da prática dessa atividade na terceira idade. "É fabuloso a quantidade de alunos que falam dos benefícios da dança na vida deles, interessante que não é só na parte física, mas que envolve o emocional e a interação social também", pontua.

A responsável pelo Instituto, Maria Rita Mota, informa ainda que o local está de portas abertas para receber novos alunos. "Nós temos vaga para todas as atividades, com exceção da dança que o espaço já está lotado, por isso é necessário fazer o cadastro e aguardar na lista de espera", pontua.

SERVIÇO:

Instituto Chico Mota
Rua Desembargador João Firmino, 66 - Montese, Fortaleza.
Fone: (85) 98235-5557
Redes sociais: @institutochicomota



SAIBA +

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) criou, em maio de 2022, o Serviço de Atenção ao Adulto e à Pessoa Idosa (Sapi), que atua na prevenção do declínio cognitivo do público a partir de 40 anos, por intermédio de estimulação, treino ou reabilitação cognitiva em atendimento inter e multidisciplinar. A iniciativa é destinada aos servidores ativos e inativos da Alece, seus dependentes e a comunidade do entorno. O Sapi funciona no auditório do Departamento de Saúde e Assistência Social (DSAS), todas às segundas-feiras, e atualmente conta com 37 participantes.

O projeto foi elaborado e implantado pela terapeuta ocupacional Lucila Bomfim (in memoriam), com o apoio da primeira-dama e idealizadora do Comitê de Responsabilidade Social, Cristiane Leitão, do diretor do DSAS, Luis Edson Sales, da coordenadora do Sapi, a terapeuta ocupacional, Andréa Lima, e da orientadora da Célula de Saúde Mental e Práticas Sistêmicas, Rejane Sales.



COM A PALAVRA



"Nos últimos 10 anos, o percentual de idosos no Brasil aumentou de 11,3% para 15,1%, de acordo com o IBGE. Esses

dados mostram uma realidade do envelhecimento acelerado do brasileiro. No entanto, as políticas públicas voltadas para essa população não evoluíram na mesma proporção. Nesse contexto, instituições como o Instituto Chico Mota merecem todo o nosso reconhecimento e a nossa gratidão."

Deputada **Gabriella Aguiar** (PSD)



"A bíblia nos ensina a honrar os idosos, valorizando sua experiência e maturidade. Defendemos o direito de desfrutar

de uma velhice digna, para isso é fundamental que o crescimento da população idosa seja acompanhado por um aumento nos investimentos públicos na atenção às essas pessoas. É importante investir na qualidade de vida e saúde mental, oferecendo condições adequadas de trabalho, acesso a lazer, educação, entretenimento e cuidados de saúde."

Deputado **Ap. Luiz Henrique**
(Republicanos)

Deputado **Stuart Castro** (Avante)

RESPEITO À DIGNIDADE DA PESSOA IDOSA É UM DEVER DE TODOS

Chamar a atenção para a existência de violações dos direitos, divulgar formas de denunciá-las, combater a violência e trabalhar para tornar possível uma vida mais digna à população da terceira idade fazem parte de algumas das ações que norteiam o nosso mandato na Casa Legislativa do Ceará.

Temos ciência dos enormes desafios enfrentados diariamente pelos idosos em todo o Estado, por isso apresentamos nestes primeiros meses de gestão projetos importantes que podem colaborar na implantação de políticas públicas voltadas para esse público tão especial e que merece atenção e cuidado.

Uma das nossas iniciativas na Assembleia Legislativa foi o Projeto de Lei nº 00553/2023, que dispõe sobre a criação do selo Empresa Amiga da Melhor Idade, a ser concedido a empresas privadas que desenvolvam atividades voltadas à defesa, ao atendimento, à valorização, à inclusão no mercado de trabalho e à concessão de benefícios ao idoso.

Outra proposta muito importante apresentada por nós voltada para a terceira idade foi o Projeto de Indicação nº 00285/2023, o qual prevê a criação do Centro de Referência 60+ com a finalidade de prestar atendimentos nas áreas do esporte, saúde e lazer, sob acompanhamento e supervisão de profissional habilitado.

Também propomos junto aos colegas parlamentares a criação do Projeto Esporte e Lazer na Melhor Idade, por meio do Projeto de Indicação nº 192/2023, cujos objetivos principais são integrar a pessoa idosa na prática de atividades físicas e promover atendimentos por meio de exercício físico ocupacional, além de realizar campanhas educativas a respeito da importância da prática esportiva na melhor idade, bem como de temas relevantes: vacinação da pessoa idosa, prevenção do câncer de pele, câncer de mama, câncer de próstata, combate ao tabagismo e ao alcoolismo.

A criação do Passeio na Melhor Idade para população hipossuficiente, como política social, também foi proposta por nós por meio do Projeto de Indicação nº 255/2023 que prevê a possibilidade de o Governo do Estado do Ceará, com recursos advindos do Fundo Estadual dos Idosos do Ceará – FEICE-CE, firmar convênios, parcerias e instrumentos de cooperação com órgãos estaduais e federais, da administração direta e indireta, entidades privadas e organizações não governamentais, permitindo um envelhecimento saudável, em condições de dignidade, propiciando cultura, lazer e diversão para os idosos.

O maior propósito do nosso mandato é trabalhar continuamente pelo povo cearense, especialmente pela população idosa.

Deputada **Emilia Pessoa** (MDB)

PRIORIZANDO A PRIMEIRA INFÂNCIA

Cuidar do ser humano desde a concepção gera impactos na qualidade do desenvolvimento neuropsicomotor.

No Ceará, o mês de agosto passa a ser o mês da Primeira Infância. Ações de conscientização sobre a importância da atenção integral às gestantes e às crianças de até seis anos de idade são desenvolvidas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além da sociedade civil organizada, visando atendimento integral e multiprofissional, promoção dos vínculos afetivos, da nutrição, imunização, direito de brincar e prevenção de acidentes e doenças.

Muito ainda precisa ser feito para o cumprimento do Marco Legal da Primeira Infância, que trata de etapa tão primordial da vida humana, onde as crianças passam por grandes transformações motoras, cognitivas e emocionais, devendo as dificuldades encontradas no seu desenvolvimento receberem a maior atenção do Poder Público e da Sociedade Civil.

Como parlamentar, defendemos conjuntamente com a bancada feminina, a primeira infância como grande prioridade. Ações para compreender

Muito ainda precisa ser feito para o cumprimento do Marco Legal da Primeira Infância, que trata de etapa tão primordial da vida humana, onde as crianças passam por grandes transformações motoras, cognitivas e emocionais, devendo as dificuldades encontradas no seu desenvolvimento receberem a maior atenção do Poder Público e da Sociedade Civil.

e transformar realidades desafiadoras enfrentadas atualmente por milhares de famílias cearenses, tão carentes de suporte e apoio para o enfrentamento das dificuldades existentes, são importantes para estabelecer as bases para o crescimento saudável e o bem-estar ao longo da vida.

*Os artigos publicados refletem exclusivamente as opiniões dos parlamentares cearenses.

A FOME NÃO PODE ESPERAR

Faltou o abre da matéria em no máximo 3 linhas de texto venim que non persper ovitiisquam, volorepero magniendi omnimol oribus sum a nusae earcipsus

Texto: Fátima Abreu (fabreu@al.ce.gov.br) | **Fotos:** Dário Gabriel

Depois de quatro anos extinto, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é reativado, por determinação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O Consea foi extinto em 2019, por iniciativa do então presidente, Jair Bolsonaro. O problema da fome, que se agravou nos últimos anos, também tem mobilizado Assembleia Legislativa do Ceará, que vem desenvolvendo várias ações para reverter esse quadro

Durante os últimos 4 anos, mesmo com a extinção do Consea, o colegiado de presidentes de conselhos estaduais de segurança alimentar – a exemplo do Ceará – e movimentos sociais continuaram dando sustentação para que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) não regredisse ainda mais. Uma das iniciativas mais abrangentes foi a criação, em 2019, da Conferência Popular por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, encabeçada por mais de duas dezenas de organizações.

À época da desativação do Consea, o País registrava a soma de 33 milhões de brasileiros em situação de fome, hoje, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) o número chega a 21 milhões. O conselho foi extinto em 1º de janeiro de 2019, por meio da Medida Provisória 807, durante o governo de Jair Bolsonaro.



Accaboreperro imus etume perem ipsum



Accaboreperro imus etume perem ipsam

À época da desativação do Consea, o País registrava a soma de 33 milhões de brasileiros em situação de fome, hoje, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) o número chega a 21 milhões. O conselho foi extinto em 1º de janeiro de 2019, por meio da Medida Provisória 807, durante o governo de Jair Bolsonaro. Com isso, eram retirados da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional os mecanismos de participação social. A MP que recompõe o conselho foi assinada pelo presidente Lula no dia 1º de janeiro deste ano, e o decreto reinstalando o Consea, no dia 28 de fevereiro.

O conselho é composto por representantes do governo e da sociedade civil organizada, como agricultores familiares, pescadores, comunidades tradicionais e povos indígenas, camponeses e pesquisadores. Faz parte da estrutura do Ministério da Secretaria Geral da Presidência da República e é composto por 60 membros titulares e seus respectivos suplentes, dos quais dois terços representam a sociedade civil e um terço representa o Governo Federal.

CONSEA NO CEARÁ

No dia 9 de março deste ano, tomaram posse os 72 titulares e suplentes do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará. Para o oitavo mandato da entidade, no biênio 2023/2025, Regilvânia Mateus de Araújo, representante da Pastoral Cáritas, vai presidir o Consea-Ce, que é formado por 36 titulares e igual número de suplentes, sendo 12 do setor público e 24 de entidades da sociedade civil, comprometidas com o combate à fome e à pobreza.

Vinculado à Secretaria da Proteção Social (SPS), o Consea-Ce tem como prerrogativas discutir, pro-

Ato contínuo à reativação, foi promovida, em abril, a primeira reunião do Consea, tendo como pauta soluções para o problema emergencial do povo Yanomami. Para este ano, foram definidos dois pilares de atuação: erradicar a fome, com garantia de uma alimentação adequada, e tratar da questão alimentar como tema central nos processos de justiça e injustiça no País.



Regina Placiano vice-presidente do Consea-ce

MAXIMO MOURA

por, socializar, acompanhar e controlar as políticas e programas de segurança alimentar e nutricional (SAN). Tem como foco instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades de segurança alimentar.

Durante a pandemia, a extinção do conselho impactou as atividades desenvolvidas aqui no Ceará. "Houve realmente uma quebra", como explica a vice-presidente do colegiado, Regina Praciano, destacando que, mesmo assim, "o conselho estadual continuou atuando por meio de reuniões virtuais. Os encontros e reuniões voltaram a ser presenciais em 2022, quando foram retomados a agenda de segurança alimentar e o combate à fome".

Regina Praciano informa que é grave em todos os municípios cearenses o quadro com relação à nutrição, principalmente nos lares chefiados por mulheres, com crianças pequenas. Segundo ela, agora é esperar "a reversão desse quadro e o próprio fortalecimento de programas do governo, a exemplo do Mais Nutrição e dos conselhos municipais."

COM A PALAVRA



"A reativação do conselho pelo presidente Lula no início deste ano é, sem dúvida, uma conquista da sociedade brasileira nas últimas eleições, ao eleger um governo comprometido com o combate à fome e à

pobreza. Já no nosso estado, o Consea-Ce ganha força com a posse, em março deste ano, de conselheiros titulares e suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil para o biênio 2023/2025. Assim, garantiremos discussões permanentes quanto à construção de políticas de segurança alimentar, definição de diretrizes, planos de ação, programas e projetos para o enfrentamento da fome que, atualmente, assola muitos cearenses, tanto na zona urbana como na zona rural."

Deputado **Romeu Aldigueri (PDT)**





ALECE NO COMBATE À FOME

O combate à fome no Brasil, notadamente na região Nordeste, tem sido o foco de muitas políticas públicas, que surgem por iniciativas não só dos governos Federal e Estadual, mas também de outros segmentos da sociedade. No Legislativo estadual, a Assembleia Legislativa do Ceará tem protagonizado inúmeras ações voltadas para o combate a esse que é um dos maiores males que nos afligem.

O presidente da Alece, deputado Evandro Leitão (PDT), lembra que a Casa está “atenta às necessidades da população mais vulnerável do nosso Estado, desde a aprovação de medidas do Poder Executivo e demais poderes até a ação mais direta, como a atuação pelo Comitê de Responsabilidade Social e as comunidades do entorno da Alece, as campanhas de arrecadação e a aquisição de alimentos para doação aos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado”.

O Legislativo também está empenhado no recém-lançado programa do Estado, Pacto por um Ceará Sem Fome, no qual a Alece atuará com o Governo do Estado por meio da arrecadação de alimentos, a ser realizada através da campanha “Repartir a partir de agora - a fome não espera”, e pela aprovação do projeto de lei da Mesa Diretora que autoriza a Alece a adquirir e distribuir insumos alimentares e equipamentos para a montagem de cozinhas comunitárias com recursos do Poder Legislativo. De acordo com o presidente, os recursos,

na ordem de R\$ 3 milhões, serão utilizados para a aquisição de, “pelo menos, 300 kits, que serão entregues a entidades da sociedade civil, mediante assinatura de acordo de cooperação regulamentado por ato normativo da Mesa Diretora.”

No Ceará, 2,4 milhões de pessoas passam fome. O Estado é o 4º do País com mais pessoas convivendo com a insegurança alimentar grave, atrás do Pará (2,6 milhões), Rio de Janeiro (2,7 milhões) e São Paulo (6,8 milhões). O programa Pacto Sem Fome criou o cartão Ceará Sem Fome e a Rede de Unidades Sociais Produtoras de Refeições. O cartão, no valor de R\$ 300 para comprar exclusivamente alimentos, será distribuído para a população cearense em situação de pobreza ou extrema pobreza.

A campanha “Repartir a partir de agora – A fome não espera”, encabeçada pela primeira-dama da Casa, Cristiane Leitão, e pelo Movimento das Mulheres do Legislativo Cearense (MMLC), foi lançada no dia 24 de abril, por meio do Comitê de Responsabilidade Social, do MMLC e do Corpo de Bombeiros. A iniciativa objetiva arrecadar alimentos para pessoas e instituições em situação de vulnerabilidade social por conta da fome.

“Repartir a partir de agora – A fome não espera” também terá como parceiros a Célula de Saúde e Segurança do Trabalho do Comitê de Responsabilidade Social, a Escola Superior do Parlamento Cearense (Unipace) e o Centro de Mediação e Gestão de Conflitos.

COZINHAS SOLIDÁRIAS

Além da campanha “Repartir a partir de agora – A fome não espera”, a Assembleia realiza acompanhamento do trabalho das cozinhas solidárias no Ceará. No dia 30 de maio, a Comissão de Proteção Social e Combate à Fome da Assembleia Legislativa divulgou o mapeamento sobre as cozinhas. Os dados apresentados pela secretaria executiva do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Alece, Luíza Martins, apontaram a existência de 95 unidades, sendo que 14 delas estão sem funcionar por falta de estrutura física, de equipamentos, de insumos e de pessoal.

Das 81 cozinhas em funcionamento, 45 são da iniciativa privada e 36 são do poder público, sendo 47 formais e 34 informais. A pesquisa indica que 86% atendem prioritariamente as pessoas do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e aquelas atendidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). O preço médio das refeições produzidas pelas cozinhas é de R\$ 9,54.

O mapeamento contou com a participação de 183 municípios, com exceção de Fortaleza, que estará em outra fase a partir dos dados apresentados pela Prefeitura. Luíza explicou que a coleta de dados e ações apontam prioridades e oportunidades de atuação, como o fortalecimento do uso de insumos da agricultura familiar.

liar – um ponto importante já previsto pelo programa Ceará Sem Fome. Somente 22 das cozinhas mapeadas usam produtos da agricultura familiar.

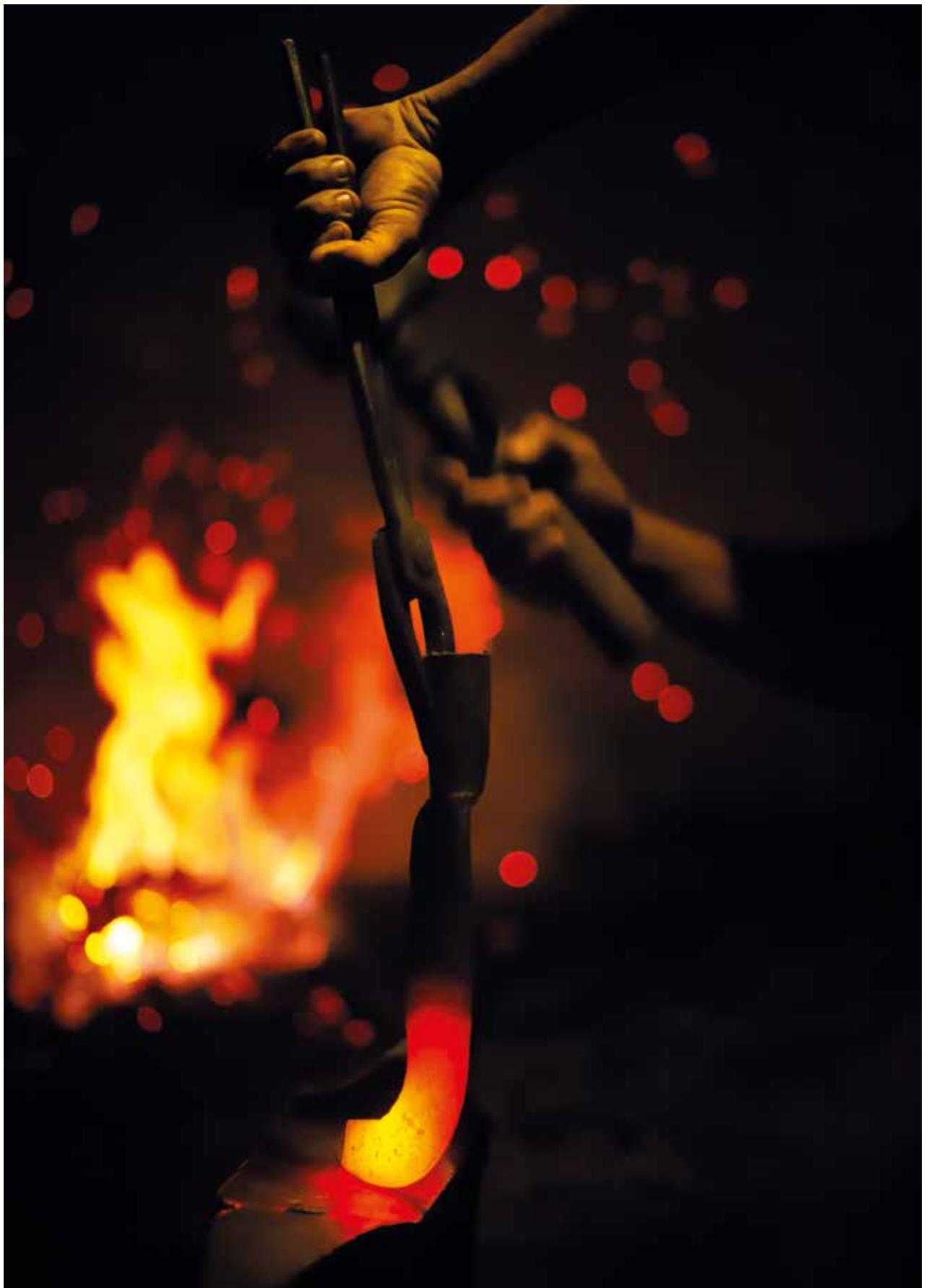
Noventa e seis por cento das cozinhas relataram a falta ou necessidade de substituição de equipamentos. O projeto da Alece para fortalecer as cozinhas solidárias prevê a entrega de kits de equipamentos para que elas possam funcionar. A Alece lançou licitação para a compra dos equipamentos, com previsão de possibilidade de adquirir 300 kits para as cozinhas.

SAIBA +

+ A campanha “Repartir, a fome não espera” é uma parceria do Comitê de Responsabilidade Social, do Movimento das Mulheres do Legislativo Cearense (MMLC) e da 1ª Cia/CBC, sediada no Poder Legislativo. Para incentivar a adesão à campanha, caixotes foram colocados nos quatro anexos da Casa e no prédio da Associação dos Servidores da Assembleia (Assalce), para receber as doações de alimentos.

+ No dia 20 de abril, a Câmara dos Deputados relançou a Frente Parlamentar Mista de Apoio à Agricultura Familiar, que é coordenada pelo deputado Heitor Schuch. Uma das prioridades da frente parlamentar é a conquista de mercados para a agricultura familiar.





PROGRAMA
alcance •

ENEM e VESTIBULARES

O SALTO
PARA UNIVERSIDADE

SAIBA MAIS:

ALECE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

CHAMA NO ZAP
85 98125.7919

The image is a promotional poster for the 'alcance' program. It features a young woman in a white t-shirt and jeans jumping joyfully against a dark, futuristic background with floating geometric shapes and ladders. The title 'O SALTO PARA UNIVERSIDADE' is prominently displayed in large orange letters. The ALECE logo and contact information are at the bottom.

**Não conseguiu cobertura
do plano de saúde?**



Vai
no

PROCON



ALECE

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ

PROCON ASSEMBLÉIA

**O PROCON ASSEMBLÉIA
orienta,
protege e
defende
o consumidor cearense.**

85) 3277.3800 | 85) 3277.3801



Violência contra a mulher é crime. **DENUNCIE!**

